

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 055

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE MAIO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

Ofício nº 296/2001

Curitiba, 09 de maio de 2001.

Senhor presidente.

Reportando-nos ao episódio ocorrido na noite de 08 do corrente mês, no plenarinho dessa respeitá-

vel Casa de Leis, onde o delegado de polícia da Comarca de Araucária, Doutor José Sudário da Silva, dando cumprimento à Ordem Judicial do Mandato de Prisão expedido pelo Juiz daquela Comarca, efetuou a detenção da pessoa de Naum Ruben Galperin, colocando-a à disposição da Justiça e demais atos atinentes à espécie, temos a informar o que segue:

O supracitado delegado de polícia praticou os atos de ofício sem as devidas cautelas administrativas, não comunicando o seu chefe imediato, Doutor Jorge Cesar Ajuz, Delegado Chefe da Divisão de Polícia Metropolitana, bem como não havendo comunicação de tal ato a esta autoridade.

Lamentamos a maneira precipitada de agir daquela autoridade policial, que de modo impróprio para a ocasião, provocou uma situação de melindre, que poderia acarretar embaraços à audiência que se realizava perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia, esclarecendo que este Departamento já determinou que sejam adotadas providências administrativas para apuração de eventual responsabilidade.

Respeitosamente.

(a) LEONYL RIBEIRO - Delegado Geral

**Requerimento:**

**REQUERIMENTO Nº 1339**

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 403/2000, que autoriza a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar bens de seu patrimônio.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

**REQUERIMENTO Nº 1344**

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 001/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 002/2001, que altera a Lei nº 10056/94, para autorizar a COMPAGAS a participar majoritariamente ou minoritariamente da sociedade já existente ou a serem constituídas com outras empresa.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 1345**

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legisla-

tivo nº 003/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 011/2001.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1345/A

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 015/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 005/2001, que dispõe sobre alteração em dispositivos no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1346

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 140/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 013/2001, que solicita revogação da lei nº 12941/2000, alterada pela Lei nº 12954/2000, que trata da cessão de imóvel na Rua Manoel Ribas, à Organização Mundial da Família.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1347

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 160/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 014/2001, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para anuir na escritura de permuta de terras, imóvel em Arapongas.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1340

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária por 05 sessões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 159 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente, com votos de profundo pesar, à Senhora Carmelita Alves Vieira, ao prefeito e a Câmara de Vereadores de Boa Vista da Aparecida, pelo falecimento do Pastor Maurílio Alves Vieira, da Igreja Assembléia de Deus, daquele município.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Conheço o Pastor Maurílio há mais de dez anos. Acompanhei sua trajetória quando exercia o Ministério nos Municípios de Catanduvas e Três Barras do Paraná e mais tarde em Boa Vista da Aparecida. Sempre se pautou por uma coerência admirável. Homem de fé, muito embora fosse leal à sua denominação religiosa, mantinha boas relações com todas as religiões. Com essa desenvoltura, adquiriu o respeito e a amizade de grande parcela da comunidade por todos os lugares onde trabalhou. Pai e marido exemplar, cultivou em sua vida costumes que só enobrecem seus familiares e amigos. Com certeza, sua esposa e seus filhos possuem muitos motivos para se orgulharem do legado deixado pelo falecido. Eu particularmente que tive o privilégio de desfrutar da amizade do Pastor Maurílio, posso com convicção afirmar, que tanto como Pastor, como homem, o mesmo deixou marcado positivamente sua passagem por este mundo.

Por isso apresento o requerimento em análise para que seja aprovado, mostrando com este gesto que a Assembléia Legislativa do Paraná, que é a casa do povo, sabe reconhecer e destacar aquelas pessoas que prestaram serviços relevantes ao povo do Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 1336

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente, com votos de profundo pesar, à Senhora Odete Maria Dantas, bem como, ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal, pelo falecimento do Senhor Edinaldo Dantas do Município de Boa Vista da Aparecida-PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Senhor Edinaldo Dantas, deixou consternada a população de Boa Vista da Aparecida. Há muitos anos residindo no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor Edinaldo Dantas soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressen-

tem-se tristemente de sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente, com votos de profundo pesar, à Senhora Lurdes Oliveira da Silva, bem como ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal, pelo falecimento do Senhor Geraldo Gomes da Silva, do Município de Boa Vista da Aparecida-PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce do Senhor Geraldo Gomes da Silva deixou consternada toda a população de Boa Vista da Aparecida.

Deixará em todos os seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizades, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Gomes da Silva e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

#### REQUERIMENTO Nº 1341

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar, à Senhora Maria de Lourdes Bernini, filhos e netos, pelo falecimento do Senhor Felisberto Bernini, no dia 06 do corrente mês, na Cidade de Bandeirantes, deste Estado.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Felisberto Bernini, deixa viúva, filhos, filhas, noras, genros e treze netos.

Paulista da Cidade de Jundiá, o Senhor Felisberto Bernini, residiu primeiramente na Cidade de Andirá, onde seu pai foi um dos fundadores.

Há 53 anos residindo na Cidade de Bandeirantes, onde criou seus oito filhos com esmero, carinho e dedicação, dedicando a maior parte de sua vida trabalhando como funcionário exemplar na Usina de Açúcar e Alcool Bandeirantes.

Deixa muitas saudades entre seus amigos, vizinhos e parentes.

#### REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda, pela comemoração dos seus 60 anos de produtividade.

Fundada em 1º de agosto de 1941, a Cooperativa Agro-Pecuária Batavo Ltda é a mais antiga das singulares que formam o grupo Batavo juntamente com as cooperativas Castrolanda e Arapoti. Primeira cooperativa de produção do Brasil, desde 1928 fabricava produtos com a marca Batavo.

A Batavo é conhecida internacionalmente em função de suas altas produtividades agropecuárias, com um faturamento anual superior a cem milhões de dólares. Enquanto a média nacional de produção de leite é de aproximadamente três litros/vaca/dia, a cooperativa tem produtividade média de vinte e oito litros/vaca/dia, além de animais recordistas nacionais que produzem mais de 70 litros/dia. Suas terras, através da introdução de tecnologia de ponta, hoje detêm as melhores produtividades Brasileiras, graças à adoção do Plantio Direto em 97% da área agricultável. Recentemente inaugurada, a moderna fábrica de rações Batavo, quase que totalmente importada da Holanda, dispõe da melhor tecnologia existente para o setor. As Sementes Batavo são conhecidas como “as sementes do Plantio direto”, sendo licenciadas pela Embrapa, Monsoy e Coodetec. A cooperativa tem um dos 6 laboratórios do Paraná credenciados para realizar análise de patologia de sementes.

Foram cinco famílias holandesas que chegaram a Carambeí no início do século sem praticamente nenhum apoio. Vieram para trabalhar na construção da estrada de ferro e também foram convidadas a produzirem leite. Com a conclusão da estrada de ferro as famílias começaram a agregar valor ao leite, transformando esse produto em queijo, requeijão e manteiga.

Depois de passarem por muitas necessidades e penúrias, mas com muita perseverança, persistência e vontade, venceram todos os preconceitos e dificuldades, sendo esta a única colonização antes da Segunda Guerra que saiu vencedora. E agora a Batavo está preparada para os novos dias, com produtividade crescentes, uma nova e moderna fábrica de rações, uma administração profissional e, consciente de que uma cooperativa só é forte quando seus associados são fortes, pois desde sua fundação, é alicerçada no tripé igreja, família e cooperativa, mantendo-se em pé, vencendo o presente e conquistando o futuro.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência aos funcionários em nome dos Diretores da empresa, Senhores Achilles Reinhardt e Dick Carlos Degeus, na Avenida dos Pioneiros, 2868 - Carambeí - PR - CEP 84195-000.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 1333

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Rede Feminina de Combate ao Câncer - Regional de Ponta Grossa, pela comemoração do Quadragésimo Quinto Aniversário de sua fundação - "Jubileu de Safira".

Atualmente atendendo 300 pacientes, além de medicamentos, bolsas de colostomia, cânulas, próteses se necessário, exames de laboratório, ultra-som e imagem, distribuem também alimentos especiais para a recuperação dos assistidos mais carentes.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer - Regional de Ponta Grossa, brevemente atenderá na Casa de Apoio "Álvaro Holzmann", pacientes das cidades vizinhas e zona rural, que se dirigem à Ponta Grossa, para fazer tratamento quimioterápico, e futuramente radioterápico, e não têm onde se hospedar.

Com toda a dedicação e carinho dos funcionários e voluntários, os pacientes que necessitam de auxílio encontram na rede o amparo necessário para superar muitas das dificuldades da vida.

Requer toda a dedicação e carinho dos funcionários e voluntários, os pacientes que necessitam de auxílio encontram na rede o amparo necessário para superar muitas das dificuldades da vida.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência aos funcionários e aos voluntários, em nome de Vani Fadel - Presidente da Rede feminina de Combate ao Câncer - Regional de Ponta Grossa, na Rua Theodoro Rosas, 1001 - conjunto 11 - Ponta Grossa - PR - CEP 84010-180.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Paróquia Nossa Senhora da Saúde, pela comemoração dos seus 25 anos de existência.

Durante estes anos, a paróquia vem realizando, além das missas diárias e bênçãos, várias atividades como apoio aos doentes, aos pobres, aos aflitos, assim como apoio nas creches, elevação espiritual e moral da sociedade, contribuindo para um mundo melhor e uma sociedade mais justa e humana.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência aos paroquianos, em nome do pároco da Igreja, Padre José Dias Corrêa, na Rua Joaquim de Paula Xavier, 150 - Ponta Grossa - PR - CEP 84050-000.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 1343

Senhor presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja criada a Bancada Parlamentar de Defesa da Agricultura familiar e da Reforma Agrária, de composição aberta, formada por todos os Parlamentares desta Casa, comprometidos com a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária, que desejarem ingressar na referida bancada.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN

NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

A agricultura sempre desempenhou importante papel na geração de divisas para o nosso País e, desta maneira, tem ajudado a nação honrar seus compromissos financeiros com o exterior. A necessidade do País de produzir para exportar, em grandes escalas, vai direcionar a estrutura produtiva deste setor para produtos com maior nível de competitividade externa. Esta nova dinâmica do desenvolvimento agrícola vai ser sustentada através de várias políticas governamentais para o setor agrícola envolvendo apoio à produção, comercialização, assistência técnica, garantia de preços mínimos e linhas de créditos aos exportadores. Esta nova dinâmica inclui forte apoio à intensificação do uso de insumos (sementes, herbicidas, inseticidas) e equipamentos nas propriedades agrícolas, que se traduz pela mecanização de agricultura e mais recentemente pela sua industrialização.

A pequena agricultura familiar vem enfrentando uma crise sem precedentes, decorrentes da política adotada pelo Governo Federal, seguida à risca pelo Governo Estadual, provocada, entre outras razões, pela internacionalização dos preços agrícolas, altas taxas de juros, redução do volume de crédito rural, fim do papel exercido pela política de preços mínimos e o desmonte do setor público agrícola.

As políticas adotadas, tanto pelo governo federal como pelo governo do Estado, aos agricultores familiares paranaenses promove sua descapitalização e a consequente migração para os centros urbanos, agravando ainda mais o quadro de desemprego e miséria que vem tomando conta de nossas cidades, grandes ou pequenas. Os agricultores familiares, enquanto agentes econômicos, desempenham relevante papel em nossa economia, geram emprego e renda que se distribuem pelos nossos municípios, merecendo nossa especial atenção para que lhe sejam asseguradas as condições para continuarem produzindo em condições adequadas.

No Estado do Paraná a situação dos agricultores é grave. A participação da população rural na população total cai de 69% (60) para 63% (70), 41% (80), 26% (90) e 22% (96). Em 1970 a população rural, em números absolutos, era de 4,4 milhões de pessoas reduzindo-se em 1996 para 1,9 milhões. São 2,5 milhões de pessoas (equivalente hoje à população de Curitiba e sua Região Metropolitana),

que deixaram os campos em direção aos centros urbanos, na busca de um novo lugar para viver e trabalhar. Segundo dados da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, somente nesta década, 1990, aproximadamente 96 mil pequenas propriedades desapareceram, sendo incorporadas por médias e grandes propriedades.

Por estas razões, a criação da Bancada Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, é medida que visa reunir todas as forças políticas deste Parlamento, para recuperar a agricultura familiar no Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1289/B

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Digníssimo Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, Excelentíssimo Senhor Ingo Henrique Hübert, solicitando informações quanto a existência de contratos e ou convênios entre aquela companhia e as empresas que se utilizam dos postes de propriedades da Copel, como as que operam no ramo de TV a cabo e telefonia (NET, TVA, Brasil Telecom, GVT, etc.).

Caso a Copel tenha firmado tais compromissos com as referidas empresas, solicita-se que seja informada a forma como tais termos foram firmados, especificamente quanto ao valor e a vigência pactuados, bem como quanto a forma de pagamento, o número de postes utilizados, sua localização (capital e interior) e, inclusive, se há repasse de valores aos municípios.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1290

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Araruna/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1291

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Atalaia/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1292

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Cambira/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1293

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Cruzeiro do Oeste/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1294

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Engenheiro Beltrão/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Floresta/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1296

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto,

solicitando uma viatura policial para atender o Município de Guairaçá/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Icaraíma/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Ivaté/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1299

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Mamborê/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1300

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Mandaguari/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1301

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Mandaguari/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1302

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Paiçandu/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1303

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Pérola/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1304

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Presidente Castelo Branco/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1305

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de São Manoel do Paraná/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Doutor José Tavares da Silva Neto, solicitando uma viatura policial para atender o Município de Tamarana/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1311

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender o Distrito de Herculanã, no Município de Ivaté/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender o Distrito de Marabá, no Município de Tuneiras do Oeste/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1313

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender o Distrito de Porto Camargo, no Município de Icaraíma/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1314

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio,

solicitando uma ambulância para atender Município de Guairaçá/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Icaraíma/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1316

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Cruzeiro do Oeste/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1317

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Engenheiro Beltrão/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1318

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Floresta/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1319

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do



Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Mandaguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1320

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Mandaguari/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1321

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Presidente Castelo Branco/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1322

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Paçandu/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1323

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Pérola/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1324

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo

simo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Mamborê/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1325

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Ivaté/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1326

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Tamara- na/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1327

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Atalaia/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1328

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Cambira/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1329

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo

simo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de São Manoel do Paraná/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1330

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando uma ambulância para atender Município de Araruna/PR.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1234

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Doutor Mario Sergio Raser, diretor presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) encaminhando o Ofício nº 415/2001 de 26 de abril de 2001, da Câmara Municipal de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Ofício nº 415/2001 (anexo), da Câmara Municipal de Rio Azul, traduz com bastante propriedade a preocupação dos produtores de erva-mate, com os procedimentos adotados pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP - proibindo a prática de raleamento da mata nativa em ervais.

Para reduzir o excesso de sombras e aumentar a produção, a tendência sempre foi a eliminação da vegetação rasteira. Vale destacar tratar-se de um procedimento conhecido pela comunidade rural, praticado há dezenas de anos, viabilizando o crescimento com uma produção de melhor qualidade para atender exigências do mercado consumidor, além de sua maior valorização.

Senhor diretor presidente, os primeiros homens foram agricultores. Foi seu instinto que os levou a amarrar a terra, para dela tirarem o necessário para o seu sustento.

Com efeito, quantos não são os produtores de erva-mate, nos tempos modernos que necessitam de apoio para auxiliá-los para que seu rendimento seja maior?

Já se foi o tempo em que o empirismo reinava. Na época que vivemos o planejamento e a técnica vieram substituir os métodos rotineiros de antanho.

Explorar a terra, cultivar a erva-mate, é concorrer para a satisfação das mais prementes necessidades do homem do campo.

Dia 1º de maio, comemoramos o Dia do Trabalho dia em que tempos não muito remotos marcava o dia de

lutas. Graças, porém, ao movimento constante das idéias, o trabalhador tem agora o seu lugar marcado na sociedade. Nem poderia ser de outra forma.

Estamos certos do recebimento de resposta e solução positiva.

#### REQUERIMENTO Nº 1307

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Engenheiro Beltrão, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Euclides Saqueti, prefeito municipal (Avenida Manoel Ribas, 160) e ao presidente da Câmara municipal (Avenida Manoel Ribas, 160) CEP 87270-000.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1308

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Maria Helena, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jesse Batista Correa, prefeito municipal (Praça Brasil, 1690) e ao Vereador Aldrovando Beck Junior, presidente da Câmara municipal (Avenida Paraná, 1690) CEP 87480-000.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

**REQUERIMENTO Nº 1309**

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Perobal, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Evangelista de Albuquerque, prefeito municipal (Praça Curitiba, 1031) e ao Vereador Valcir Costa Curta, presidente da Câmara municipal (Avenida Paraná, 1148) CEP 87517-000.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

**REQUERIMENTO Nº 1310**

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Ivaté, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Carmelita Lima Sgaravato Ribeiro, prefeita municipal (Avenida Minas Gerais, 2294) e ao Vereador Valdecir Prevital (Av. Rio de Janeiro, 2572) CEP 87519-000.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

**REQUERIMENTO Nº 1331**

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ao Tribunal de

Contas do Paraná, pedido de urgência no encaminhamento da análise das contas da administração pública de Foz do Iguaçu, do exercício de 1996, à Câmara de Vereadores daquela cidade.

Desde as contas do ano de 1995, o Tribunal de Contas não envia mais relatórios sobre as receitas e despesas da Prefeitura de Foz do Iguaçu para análise e votação da Câmara Municipal. Encerrou-se um governo, passou outra gestão inteira e a população não sabe se as administrações foram realizadas com probidade pelos governantes eleitos.

A falta de informações sobre as contas do município, é inaceitável sob o ponto de vista ético e legal. A demora na análise das contas coloca não só os prefeitos sob a sombra de dúvida sobre a lisura de seus princípios frente à coisa pública. Deixa também o Tribunal de Contas numa situação de questionamento sobre sua competência e validade, já que sobre os dois pólos pesam sérias denúncias de irregularidades.

Por isso, solicitamos o envio, com a máxima urgência, das contas - o ideal seria de todos os anos em atraso - para a Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu e rogamos ainda que seja enviada a esta Casa, cópia destes relatórios para que possamos acompanhar mais proximamente as atividades da administração pública daquela cidade.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

**Projeto de Resolução:****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/2001**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - O Artigo 127 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 127 - As matérias de proposições rejeitadas ou objeto de desistência, os Projetos de Lei, não sancionados assim, como as constantes de proposta de emenda à constituição rejeitada, ou havia por prejudicada, não poderão, qualquer que seja sua autoria, ser reapresentadas na mesma sessão legislativa”.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Elio Rusch, Ademar Traiano, Miltinho Pupio, Nelson Garcia e Cleiton Kielse.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição pretende adaptar o art. 127 do Regimento Interno para dar-lhe no que pertine, o conteúdo do art. 104 do Regimento da Câmara dos Deputados.

O Regimento da Câmara dos Deputados - Câmara Federal, é tido como modelo e tem servido de parâmetro para aprimoramento não só do Regimento Interno das Assembléias Legislativas dos Estados mas também tem sido tomado como modelo para a reforma dos Regimentos de diversos Paramentos de outros países.

Pois bem:

Dispõe o modelar regimento da Câmara dos Deputados:

“Art. 104 - A retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo autor ao Presidente da Câmara, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário.

.....  
§ 4º - A proposição retirada na forma deste artigo não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.

§ 5º - Às proposições de iniciativa do Senado Federal, de outros poderes, do Procurador-Geral da República ou de cidadãos aplicar-se-ão as mesmas regras”.

A presente proposição pretende acrescentar regra semelhante na parte final do art. 127.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 171/2001

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação da Lei nº 13.036, acrescentando alínea “j” ao seu art. 1º, com a seguinte redação:

“Art. 1º -.....

a).....

j) Quadra 18:

- Lote nº 05 - com área de 476,00 m 2;
- Lote nº 06 - com área de 476,00 m 2;
- Lote nº 07 - com área de 476,00 m 2;
- Lote nº 08 - com área de 527,00 m 2;
- Lote nº 09 - com área de 805,00 m 2;
- Lote nº 10 - com área de 805,00 m 2;
- Lote nº 11 - com área de 805,00 m2;
- Lote nº 12 - com área de 527,00 m 2;
- Lote nº 13 - com área de 476,00 m 2;
- Lote nº 14 - com área de 476,00 m 2;
- Lote nº 15 - com área de 476,00 m2 .

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de ampliar os benefícios da Lei nº 13.036,

de 04 de janeiro de 2001, que regularizou o direito daqueles que adquiriram, de boa fé, lotes no Loteamento Curitiba.

Os lotes que objetivando acrescentar aos descritos na supracitada lei são os de nºs 5 a 15 da quadra 18, que foram esquecidos da relação dos lotes localizados no loteamento denominado, Curitiba, na Cidade de Cascavel que o Poder Executivo transferiu, a título de doação para a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, para a regularização dos mesmos.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

### PROJETO DE LEI Nº 172/2001

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tuneiras do Oeste, com sede no Município de Cruzeiro do Oeste e foro no Município de Tuneiras do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tuneiras do Oeste, entidade que tem por objetivo promover que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais de Tuneiras do Oeste e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

### PROJETO DE LEI Nº 173/2001

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a restringir a gratuidade nos cursos de graduação oferecidos pelas universidades públicas estaduais.

§ 1º - A gratuidade a que se refere este artigo ficará restrita ao primeiro curso de graduação em que o aluno se matricular.

§ 2º - Em caso de reprovação, o graduando perderá o benefício da gratuidade quanto à respectiva disciplina.

Art. 2º - Os valores deverão ser pagos diretamente à universidade em que o aluno graduando estiver matriculado, sob a forma de mensalidade.

Art. 3º - Os valores de que trata o artigo anterior reverterão em prol da respectiva universidade, devendo

ser aplicados na aquisição de livros e equipamentos destinados ao ensino e a pesquisa, na construção de salas de aula, reformas e congêneres.

Art. 4º - Caberá à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, elaborar estudo quanto aos valores a serem cobrados por curso e disciplina.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa propiciar maiores chances de acesso aos cursos superiores, oferecidos pelas universidades estaduais do nosso Estado, coibindo a prática do assim chamado “estudante profissional”, pessoa que, na busca de enriquecer seu curriculum acadêmico, ingressa em mais de um curso superior, assim ocupando vaga que poderia ser de outra pessoa, a qual muitas vezes não consegue chegar à universidade.

No mesmo sentido, a cobrança de mensalidade funcionará como um catalizador entre a facilidade do ensino gratuito, gozada pelo aluno, frente ao seu comportamento relapso e de pouco esmero nas atividades acadêmicas, das quais, em caso de reprovação, lhe recairá a obrigação de contraprestação financeira.

Por outro lado, a cobrança de mensalidades despertará o sentimento de valorização do ensino público e de respeito para com a universidade tendo em vista o fato de que o ser humano muitas vezes tende a valorizar somente o que é conseguido às custas de dificuldades e sacrifícios.

Ademais, a forma como serão empregados os valores arrecadados, contribuirá para um melhor aparelhamento destas universidades propiciando uma melhor qualidade de ensino.

Isto posto, contando com o apoio dos nobres Pares, esperamos ver a presente proposição aprovada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

O 1º secretário da Casa, Deputado César Seleme, acaba de ler o ofício pelo qual o diretor da Polícia Civil pede escusas a esta presidência e a esta Casa, pela maneira arbitrária, sem fundamento, realmente, dentro da funcionabilidade com que os mandados de prisão são exercidos, numa intenção que não seria aquela que a justiça recomenda, para que todos os atos sejam praticados.

Na segunda-feira, um cidadão de renome nacional, esteve no Cope prestando depoimento, solicitado pela Justiça. Esteve ele durante todos estes dias e meses à disposição da Justiça.

E ontem, senhor presidente a imprensa aqui credenciada, na calada da noite, mais precisamente às 19:00 horas, a juíza de Araucária determina a prisão deste empresário.

O que faz o delegado e alguém mais?

Vem direto a esta Casa, quando o Deputado Tony Garcia, que sustenta a linha de independência desta CPI do “Grampo” quando o Deputado Algaci Tulio e outros deputados que estão aqui, como Moysés Leônidas, como Augustinho Zucchi, como todos os membros estavam inquirindo aquele chefe de segurança da Telepar, que mostrou ao Paraná o que era feito dentro daquela empresa, calculem, senhores deputados, quando a Telepar, que era o principal órgão de comunicação do Paraná, tenha dentro de si o “grampo” ali estabelecido contra uma secretária de Estado.

E lá foram os depoimentos. E quando chega este empresário para depor, a condição pela qual ele foi chamado, surge como num passe de mágica, o delegado com a ordem e o mandado de prisão.

Mas, pasmem senhor presidente e senhores deputados, a seqüência disto: depois de feito o folclore, fotografias, jornal, televisão, rádio, tudo pega o empresário e leva-o até Araucária. O empresário lá chega, por volta da meia-noite.

O delegado é responsabilizado. E quando ele está contra a parede, o que é que ele faz? Faz um complemento do depoimento do preso e logo em seguida o liberta.

Faz um depoimento de complemento naquele já feito e o liberta. O que é isso?

Temos em mãos a desculpa do delegado-chefe, do delegado que realmente representa a Polícia Civil no Paraná.

Precisa parar com essas bandalheiras que são feitas pelas autoridades, que não têm a condição de exercer-las.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Permite um aparte, Deputado Luiz Carlos Zuk?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Permito e estou usando o horário do PDT, para que possa conceder a Vossa Excelência.

Nós não concordamos com o que foi feito ontem nesta Casa. Se fazem aqui dentro, calculem senhores deputados, o que fazem lá fora! E mentem, que tinham mandado de prisão, por um, dois, até três anos.

Já concedo aparte aos dois deputados.

Primeiro Moysés Leônidas, logo em seguida a Vossa Excelência, deputado Ademar Traiano.

Dezenove horas, aqui aparece o delegado. Isso é brincadeira com a Justiça.

Concedo aparte a Vossa Excelência, Deputado Moysés Leônidas.

**O Sr. Moysés Leônidas**

Deputado Luiz Carlos Zuk, quero cumprimentá-lo, sempre bravo nas suas colocações, e dizer que fiquei estarecido com esta colocação e o que é pior, com o comando da Segurança do Paraná.

Já existem pessoas que acham até que estou pegando no pé do secretário Tavares...

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Solicitei o tempo do PDT, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está concedido, o Horário da Liderança do PDT.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Muito obrigado.

**O Sr. Moysés Leônidas**

Mas isso é o sinônimo da péssima administração, a forma que o Tavares tem encaminhado a Segurança do Estado do Paraná.

Imagine Vossa Excelência que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, é um poder altivo, independente, e que para se proceder qualquer cumprimento de mandato aqui, contra qualquer pessoa, nas dependências da nossa Assembléia, tem que passar pela Mesa Executiva, tem que ter o crivo da nossa Mesa Executiva.

Então, além de tudo, a chefia da segurança do Paraná feriu, afrontou este poder e desrespeitou a figura do Presidente Hermas Brandão. Isso não pode acontecer, sob pena de passarmos aqui a ser um apêndice de Poderes por aí.

Quero aqui debitar tudo isso à inoperância, a essa decepção que tem sido o José Tavares na Segurança do Paraná.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Agradeço o Deputado Moysés Leônidas, e concedo o aparte ao Deputado Ademar Traiano.

**O Sr. Ademar Traiano**

Deputado Luiz Carlos Zuk, Vossa Excelência traz ao Plenário de hoje, um tema que realmente tem tomado conta de toda mídia estadual e que tem sido palco de muitas discussões no Paraná.

Quero aproveitar o momento para, no aparte que lhe faço, contestar algumas das suas afirmações.

Não vou entrar no mérito, com relação à prisão do cidadão no dia de ontem e até entendo que sem a aquiescência do presidente da Casa, não deveria a Secretaria da Segurança, permitir essa prisão, até por que aqui é um Poder constituído.

Mas, gostaria de contestá-lo e dizer que a afirmação que traz ao Plenário não é verdadeira de que o mentor intelectual ou quem está mandando fazer, colocar grampos ou escuta telefônica é o Governador Jaime Lerner.

Ora, está provado, caracterizado pelas afirmações do soldado que aqui esteve, do soldado Jordão, se não me engano, que em uma das suas afirmações quando da entrega de uma fita, ou do advogado do Jordão, de uma fita para o presidente da CPI, está provado que esta fita tem origem do ano de 91 a 93.

Portanto, essa questão da escuta telefônica não é oriunda do governo Jaime Lerner, vem desde o governo Requião, porque o secretário do Requião, na época reconheceu na escuta da dita, a sua voz, com o desembargador Abraão Miguel.

Portanto, não se pode fazer aqui, Deputado Luiz Carlos Zuk, de forma alguma, tenho o melhor dos conceitos com relação a Vossa Excelência, mas é prematuro falar, fazer aqui acusação que não merece credibilidade, porque o governador Jaime Lerner, com certeza, o Paraná inteiro sabe, não é do seu estilo.

E a escuta telefônica acontece desde o momento que o governo Requião estava instalado no Paraná, e quem tinha briga com o Poder Judiciário do Paraná, nunca foi o Governador Jaime Lerner, mas sim o Governador Roberto Requião.

Portanto, não há como admitir esta acusação.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Nobre Deputado Ademar Traiano.

Não partiu de mim a acusação a sua Excelência o Governador, e sim ao Palácio Iguazu, o responsável pela chefia da Casa Militar, e a chefia de Gabinete do Governador. Aí está transcrito nos anais da Casa, através da nossa voz e através das taquígrafas, que Sua Excelência, o Governador vai ser envolvido depois de apurado pela comissão processante que aí está instalada, depois de todos os fatos averiguados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Luiz Carlos Zuk, Vossa Excelência tem um minuto para encerrar seu pronunciamento.

Está esgotado seu horário do Pequeno Expediente e do Horário da Liderança.

Nós temos uma pauta longa hoje, e depois teremos uma Sessão Extraordinária.

Então peço a compreensão dos senhores deputados, para obedecermos os tempos estabelecidos.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados, não adianta desviar o foco do meu pronunciamento.

A questão do grampo vai ser averiguada pela Comissão que aí está, e os deputados que a compõem.

O foco central do meu pronunciamento, é a questão referente à não obediência, quando diz que o supra-citado delegado de Polícia praticou os atos do ofício, sem as devidas cautelas administrativas, não comunicando seu chefe imediato, que é o doutor Jorge César Ajus - Delegado Chefe da Divisão da Polícia Metropolitana.

Aqui está caracterizado o crime que o delegado cometeu.

Não quero, como tentou o deputado Traiano, levar o grampo do Palácio e para Jaime Lerner.

Quero saber o que vai acontecer para esse delegado relapso. Esse delegado autoritário, que não só desrespeitou o presidente desta Casa, e todos os senhores parlamentares, como desrespeitou os seus superiores. Se a hierarquia dentro da Polícia Civil existe, tem que ser punido, para servir de exemplo aos outros delegados.

Se existe autoridade dentro da Secretaria da Segurança, esta autoridade tem que ser exercida. E este cidadão, tem que ser exemplarmente punido e responsabilizado criminalmente pelo ato arbitrário que praticou.

Cumprimento a Vossa Excelência, deputado Hermas Brandão, quando disse que aceitava só por escrito. E aqui está escrito a vergonha com que é exercida a segurança pública do Estado: entregue a delegados despreparados, a delegados que deveriam estar no lugar dos réus, para aprenderem a respeitar a Justiça e fazer a lei ser cumprida.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Deputado Zuk, quero fazer justiça.

Com relação a este fato, quero dizer-lhe que em nenhum momento, fiz alguma consideração. Acho que Vossa Excelência tem razão com relação a esse fato. Apenas isso.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerro o meu pronunciamento, concedendo meio minuto para o Deputado Nereu Moura.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço a compreensão, nobre deputado. Nós temos uma longa pauta, temos os convidados da Deputada Rafagnin, para a Sessão Extraordinária.

Temos que obedecer o horário.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar de uma maneira especial todos os companheiros e companheiras, agricultores familiares que prestigiam esta sessão, neste dia e dizer, senhor presidente, e agradecer desde já a sua atenção, dizer que quero tecer alguns comentários sobre a agricultura familiar.

A frente Sul da agricultura familiar é composta por entidades dos três Estados do Sul e está desenvolvendo uma jornada de mobilização junto aos três Estados desde o dia de ontem e segue até amanhã.

Aqui no Paraná cerca de mil agricultores estão participando de várias audiências públicas reivindicando do governo do Paraná investimento na agricultura familiar no setor da educação, saúde, assistência técnica, habitação rural, agroindústria e política fundiária.

É importante citar aqui, senhor presidente, senhores deputados, a importância que tem a agricultura fami-

liar para a economia do Estado. Essa importância é comprovada em dados de pesquisa e levantamento realizado por instituições governamentais.

Dentre os vários trabalhos de pesquisa, quero fazer referência a um que foi realizado por pesquisadores do IAPAR que, analisando os dados do curso agropecuário do Paraná de 95/96 chegaram às seguintes conclusões:

Os estabelecimentos agropecuários do Paraná compõem-se de 90% do tipo familiar e 10% do não familiar. Entre os familiares, em relação ao total de estabelecimentos, verificou-se que 66% só utilizam mão-de-obra da família.

Os estabelecimentos exclusivamente familiares tinham acesso a 56% da área total, ocupavam 83% do total de pessoal e detinham 56% do valor bruto da produção vendida, enquanto que os estabelecimentos não familiares representavam 10% do total, tinham acesso a 44% da área total e ocupavam 17% do pessoal e detinham 42% do valor bruto da produção vendida.

Do total de estabelecimentos do Paraná 94% tinham a dominância advinda da receita agropecuária. O público potencial do Pronaf do Paraná foi de 268 mil, 948 estabelecimentos, ou seja, 72,7% do total de estabelecimentos agropecuários.

A importância da agricultura familiar, à luz dos dados existentes, é incontestável. Apesar da importância dessa agricultura para a economia do Estado verifica-se que no Paraná há um esvaziamento da população rural. Segundo o censo demográfico do ano 2000, a população rural do Estado é hoje de 1,77 milhões de pessoas. 215,6 mil pessoas a menos que em 96. Significa que 53,9 mil pessoas por ano deixam o meio rural, deixaram o meio rural paranaense nos últimos quatro anos, considerando uma média de 5,3 pessoas ocupadas em cada estabelecimento, verifica-se que o Paraná perdeu aproximadamente 40 mil propriedades no ano de 96 a 2000. Este esvaziamento é fruto principalmente da deteriorização das condições de vida no meio rural, causada principalmente pela queda na renda advinda da agricultura, via queda nos preços recebidos e aumento nos preços pagos num contexto de ausência de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares que vão desde a falta de garantia de renda, quanto ao programa para agroindustrialização, educação, moradia, saúde, bem como assistência técnica voltada para essa realidade.

Senhores deputados, eu gostaria de dizer que estes foram alguns dados e agora gostaria de relatar alguns fatos.

O governo federal anunciou 4,1 bilhões de reais para a agricultura familiar, mas gastou apenas 2 bilhões, deixando o dinheiro parado nos bancos. O Banco do Brasil ganhou com o Pronaf em apenas seis meses quase 180 milhões de reais, menos de 20% dos agricultores familiares tem acesso ao crédito agrícola.

Na safra de 1999/2000 os agricultores familiares que pagaram em dia suas contas contaram com menos de

dois bilhões de reais, enquanto os grandes ruralistas contaram com mais de 10 bilhões.

Solicito o Horário da Liderança do PT.

Preocupados com essa situação, senhor presidente, senhores deputados é que, hoje, os agricultores familiares fazem um manifesto em todo o Estado do Paraná, nos três Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande, solicitando medidas dos governos estaduais e federal.

Senhor presidente, após discutirmos nesta Casa, com várias entidades, é que apresentamos um projeto de incentivo de habitação no meio rural. Esse projeto teve aprovação unânime.

E quero ressaltar que no dia de hoje, após a Sessão Ordinária, estaremos votando na Sessão Extraordinária, o veto do governo a esse projeto, que é de fundamental importância, para a nossa agricultura familiar. Conclamo aos senhores deputados que votem pela derrubada do veto e votem favorável ao projeto que incentiva o programa de habitação no meio rural, para a nossa agricultura familiar do Estado do Paraná.

No ano de 99 foi criado nesta Casa, a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar. Essa frente teve um trabalho muito importante, mas nos últimos meses anda bastante parada.

Gostaríamos de propor aqui ao Deputado Nereu Moura, um requerimento para a reestruturação dessa frente parlamentar da agricultura familiar.

Por isso convido a todos os deputados que estiverem interessados, para participar na sala das comissões, logo após a sessão, onde estaremos com uma comissão, discutindo a reestruturação dessa frente parlamentar de agricultura familiar.

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Concede-me um aparte?

**(Assentimento)**

Quero cumprimentá-la pelo pronunciamento que faz, cumprimentar pelo projeto que trata da habitação no meio rural. E dizer que essa luta conduzida por Vossa Excelência na Assembléia, é das mais dignas e merecedoras do nosso aplauso, porque há muitos anos, em reuniões que temos mantido na condição de presidente do Bloco Agropecuário, com a Fetaep, com agricultores familiares do Estado do Paraná, em especial naqueles momentos em que acontece o Grito da Terra, temos colocado sempre não só essa questão da habitação rural, mas dos recursos que devem ser disponibilizados para a agricultura familiar, as questões do fundo de aval, do projeto do Deputado Colombo, da bancada do PT e de outros Parlamentares, instituindo o fundo do desenvolvimento à agricultura familiar - Fundaf.

Todas essas questões são por demais fundamentais e é necessário que levemos adiante.

Disse bem, Vossa Excelência à frente parlamentar da agricultura familiar instituída teve um ritmo bom de trabalho, no seu início. E, depois, talvez, em função do recesso, do reinício dos trabalhos, toda a ocupação que os

parlamentares estão tendo com a questão da venda da Copel, todo esse envolvimento que nós, que lidamos com o setor agropecuário estamos tendo, no combate à febre aftosa, que nos ameaça novamente, talvez, isso tudo tenha feito que a frente parlamentar da agricultura familiar, não tenha se reunido ordinariamente, periodicamente.

Pessoalmente, tenho a convicção de que todos os deputados que fazem parte dessa frente parlamentar, estão trabalhando.

É legítimo que Vossa Excelência deputada Luciana, possa reaglutinar esses parlamentares, motivá-los, estabelecendo tarefas que possamos cumprir.

Vossa Excelência tem meu apoio nesse projeto da habitação rural e tem o nosso apoio nas questões da agricultura familiar e da frente parlamentar da agricultura familiar.

#### **A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Agradeço Deputado Orlando Pessuti.

Senhor presidente, gostaria de reforçar esse pedido, como foi unânime a aprovação rural, pedir aos senhores deputados que olhem para a nossa agricultura familiar, que olhem com carinho para esse projeto da habitação no meio rural e que vote não com o governo, mas sim, com o povo do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados e, peço a atenção até o final da sessão, principalmente a Sessão Extraordinária, meus companheiros e companheiras da agricultura familiar.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA**

Senhor presidente e senhores parlamentares.

Não é a primeira vez que esta Assembléia é honrada com a presença de pequenos agricultores, tampouco é a primeira vez que as bancadas de Oposição tem se manifestado absolutamente favorável a uma política governamental que prestigia a pequena propriedade.

Muitas e muitas vezes, senhor presidente e senhores parlamentares, nós temos citado que talvez o único segmento da agricultura brasileira, que está desamparado é o pequeno proprietário. O grande proprietário de terra tem tido além de financiamento, financiamentos escandalosos muitas e muitas vezes noticiados pela própria imprensa.

O volume de dinheiro é tão grande, que muitos e muitos dos grandes produtores das grandes extensões de terra no Brasil costumam dizer que a sua safra não está na colheita; está no Banco do Brasil, porque a partir daí, já está com o dinheiro na mão, se vai dar a produção são outros 500, porque na verdade ele tem grandes somas de financiamentos para a sua propriedade.



Lá na outra ponta existe um movimento social, também de profunda indagação e preocupação do cidadão brasileiro, das autoridades que deveria ser o sem-terra.

O trabalhador que não tem propriedade para trabalhar, que muitas e muitas vezes é expulso do campo, passa a perambular pelas cidades, pelas estradas, pelos acessos de rodovias, em busca de sensibilização para que possa ter um pedaço de chão.

Este através do seu movimento, muitas e muitas vezes também é assistido.

Mas tem um setor enorme da agricultura brasileira que não é assistido, nem pelo máximo e nem pelo mínimo, que é o pequeno produtor rural.

E não se enganem, senhor presidente, senhores deputados, as grandes filas do Porto de Paranaguá, nessa safra que o Paraná teve, muito dela se deve ao pequeno produtor rural do nosso Estado do Paraná.

É ele que planta o alimento para a mesa do paranaense e do brasileiro. É ele que com o seu esforço pessoal, físico e da família, sem pensar na remuneração de cada um, sem ter um pró-labore, sem ter uma certeza de quanto vai lhe sobrar no fim da safra, sem poder sentar e discutir, inclusive com os compradores, com as grandes bolsas internacionais de venda, o próprio preço do produto que produz, sabendo que vive numa gangorra dando produção, baixo preço, não dando produção, sobe o preço.

Este agricultor está aqui no dia de hoje, pedindo amparo, ajuda para que a Assembléia vote leis que lhe permita a subsistência, que lhe permita viver com dignidade que lhe permita abrigar a família através de uma casa digna, de um local digno para morar e para produzir.

Indiscutivelmente, a Oposição estará do lado do pleito do pequeno trabalhador do nosso Estado do Paraná.

E nós que representamos regiões como a do sudoeste, ficamos impossibilitados de desconhecer essa realidade porque temos uma região formada de pequenos agricultores e sabemos o custo, a dificuldade, a luta que cada um desses pequenos agricultores tem para poder manter a sua sociedade.

Cansamos de colocar em muitas reuniões: o pequeno agricultor brasileiro é hoje tão desprestigiado que os próprios bancos de maior vulto da Nação nem conta fazem, nem abrem conta ao pequeno proprietário.

Pergunte a ele se ele tem um talão de cheque seja de banco que for: Itaú, Bradesco, HSBC, Banestado. Não tem. Não tem porque há um limite mínimo para poder abrir uma conta e o nosso trabalhador está profundamente marginalizado.

Tinha vindo à tribuna para tratar de um outro assunto, mas não posso deixar de cumprimentá-los por essa marcha aqui para Curitiba, marcha essa diferente de muitas e muitas outras categorias que param em hotéis, comem em restaurantes. Marcha essa de pessoas que ficam acampadas num local que as autoridades lhes con-

cede, para lutar por uma causa que muitas e muitas vezes não sensibiliza o cidadão que passa perto ou à própria imprensa que lhe dê o grito de socorro.

Mas, dentro do contexto da pequena propriedade tem uma outra coisa que é o assunto que teria me trazido à tribuna no dia de hoje.

Senhores parlamentares, a pequena propriedade rural, o futuro proprietário rural de assentamentos, este povo precisa, mais do que ninguém, que a Copel seja patrimônio público para poder levar energia elétrica às suas propriedades.

Lembro que lá no nosso Sudoeste, na região Oeste - no Paraná como um todo, quase trezentas mil pequenas propriedades foram eletrificadas, única e exclusivamente porque a Copel é uma entidade pública. Se fosse particular jamais estaria puxando 4 ou 5 postes para levar a energia elétrica a uma pequena propriedade de agricultor.

Então, em nome dessa própria agricultura familiar, dessas pessoas que utilizam a água dos rios para criar frangos, para criar suínos, irrigar terras, para fazer lagoas de criação de peixe, dessas pessoas que vivem no interior do nosso Estado criados palmo-a-palmo das nossas nascentes, vamos nós neste momento em que toda a imprensa está dizendo que a partir de junho haverá racionamento de energia elétrica. Isso vale dizer, Deputado Alborghetti, que a teoria de que a Copel não vai poder competir com a iniciativa privada é absolutamente demagógica; falta verdade e sustentação, porque se nós estamos com todo o conteúdo de energia gerado, estamos com previsão de racionamento, é porque cada kw gerado terá um consumidor havido por querê-lo. E se nós não tivermos empresas públicas para poder segurar o preço das tarifas de energia e colocarmos empresa do porte da Copel nas mãos da iniciativa privada, indiscutivelmente a ganância do lucro da iniciativa privada vai subir imediatamente o custo do kw/hora. Porque é uma lei verdadeira, conhecida desde que o mundo é mundo. É a lei da oferta e da procura. Se está faltando energia, a energia vai ser vendida mais cara. A não ser que exista uma empresa pública para estabilizar o preço e mostrar àquelas que já são privadas, que pode se vender por preço mais barato.

Nesta reportagem de jornal de um integrante da política energética do Ministério de Minas e Energia - Sérgio Basai, ele mostra com todas as letras e clareza, que a empresa pública pode ser tão competitiva ou mais do que a iniciativa privada. Até por que a empresa pública como no caso da Copel - ela é detentora de 18 usinas em território paranaense, de mais de três milhões de consumidores - está com sua capacidade de geração instalada, portanto, não está mais gastando. Está tendo lucros, ano a ano. E dias atrás um alto funcionário da Copel, me diz que a Copel trabalha, hoje, com a estimativa de 700 milhões de lucro no ano que vem.

Só quero deixar dito uma coisa: nós não temos o direito de deixar sem expectativa milhares de paranaenses que não podem ficar sob o açoite da iniciativa privada naquilo que é a coisa mais prioritária no momento, ener-

gia, porque ela poderá levar o avanço tecnológico para o campo e o avanço tecnológico nas indústrias da cidade. Nós precisamos de emprego, precisamos de respeito. O que é do povo não se vende e muito menos se dá de presente, como está se tentando dar.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, é com muita honra que quero anunciar, aqui, a presença do meu amigo Vereador Alberto Santin da cidade de Bom Sucesso do Sul, ele que é presidente da Acansop da região Sudoeste; do Adelis Monareto que é o presidente do Santuário Nossa Senhora da Salete; do Elias, do Município de Renascença; e do Valdir Andreis, nosso ex-prefeito do Município de Bom Sucesso.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, deputado Eli Ghellere.

**O SR. ELI GHELLERE**

Gostaria de registrar também a presença do presidente do PDT de Santa Helena, nosso companheiro Casemiro Moraes, e também do empresário do meio de comunicação de Medianeira, nosso companheiro e amigo Vani Vasconcelos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, Deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Quero registrar também a presença nesta Casa, dos Vereadores da Cidade de Colorado, Mário Fernando Bueno de Freitas, Moacir Alves de Oliveira, Sandra Lima Andrade, que estão acompanhados da nossa companheira Rosenilda C. Vaz.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Grande Expediente, Deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, senhores deputados e nossos ilustres convidados da agricultura familiar do Paraná.

Como preliminar ao meu pronunciamento, pela manhã lendo as páginas dos jornais, vi pela enésima vez citada a empresa Esteio, com o governo, desta vez da Capital.

Uma certa ocasião há mais ou menos 4 anos atrás, o Deputado Ângelo Vanhoni fez um pronunciamento aqui, falando dos contratos que a Esteio estava mantendo com o governo do Estado. Os empresários da Esteio me chamaram para uma reunião, eu era o líder da Bancada e fui até lá e saí convencido que o problema realmente era

sério. A Esteio estava envolvida em Londrina, está com problema no Paraná Cidade e agora em Curitiba.

É o maior dos operantes. É assim, quer 500 paus, qual é a nota? Consultoria, aerofotogrametria, o que que você quer de consultoria? E assina, entrega a nota e acabou.

**O Sr. Nereu Moura**

Deputado Colombo, tem mais um escândalo de Foz do Iguaçu envolvendo o Canal da Barragem, também. Era o portal de Foz do Iguaçu, que era construído pela Esteio e que o Tribunal de Contas determinou que fosse devolvido aos cofres públicos mais de 20 milhões de reais.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Então, devo trazer nos próximos dias também as cotas de contribuição de campanha do Governador Jaime Lerner, que é bem mais do que foi noticiado nos jornais.

Senhor presidente, não é desconexa esta minha preliminar, porque com o auxílio da nossa Liderança do PT, estávamos tentando compreender o tamanho do endividamento do Estado do Paraná. Por que é que o Estado do Paraná está na situação como essa que está hoje? Situação de não ter fluxo de caixa, não está cumprindo com os compromissos assumidos com os prefeitos, assina convênio e não cumpre, chama os professores para conversar, faz acordo e não cumpre, chama os policiais militares faz acordo e não cumpre, o Fundo de Aval, que há muito tempo, Deputado Pessuti, Nereu Moura, a nossa Bancada do partido dos Trabalhadores e eu tanto queremos, o Bloco de Oposição quer o Fundo de Aval à agricultura familiar no Paraná. O ano passado ele prometeu aos agricultores e não cumpriu a sua parte, falando que os agricultores vão tomar empréstimo desde que um seja avalista do outro. Bom! Aí não precisa do governo! Se um é avalista do outro, para quê governo? Para atrapa-lhar!

Essa forma de atuação do Estado do Paraná é que tem trazido os prejuízos. O Estado do Paraná, vou fazer hoje o pronunciamento, senhor presidente, porque fizemos todo o levantamento da dívida até 1999 e dia trinta desse mês é o prazo “fatal”, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal para a entrega do resumo do balan-cete para a Assembléia Legislativa, para o Tribunal de Contas e vamos fazer uma comparação, também, da evolução da dívida nesses últimos anos. Nós não queremos fazer aqui análise sobre o que não sabemos, porque o governo esconde muita coisa, Deputado Augustinho Zucchi, e temos que fazer por presunção. Aqui, fizemos, digamos, 10% de presunção e 90% baseado nos documentos do governo.

Em janeiro de 1995 a dívida total do Estado do Paraná era de um bilhão e quatrocentos milhões. Em dezembro de 1999, cinco anos depois, a dívida era de 13,3 bilhões.

Razões do crescimento da dívida: dívida interna, o acordo para o saneamento de privatização do Banestado, resultado em uma dívida líquida de aproximadamente cinco bilhões, cento e noventa e sete milhões a serem pagos ao longo de trinta anos, na ordem de trinta e três milhões por mês. O Estado do Paraná paga para o governo federal, por conta da quebra do Banestado, trinta e três milhões por mês. Quando foi informado, a essa Assembléia da dívida do Banestado, era de novecentos milhões. Nós tivemos os problemas de corrupção envolvendo títulos podres, Banestado Leasing, desvio na Gralha Azul, desmando internos, empréstimos sem garantias reais resultando no governo Lerner, num prejuízo, numa soma, num adicional dentro do processo de privatização do Banestado em quatro bilhões e cem milhões. O Banestado trouxe um prejuízo ao endividamento do Estado do Paraná, no governo Jaime Lerner. O Banestado! Não é herança dos governos anteriores, de quatro bilhões e cem milhões.

Dívida externa. A dívida externa, você tem além dos empréstimos internacionais, o problema da desvalorização cambial que, logicamente não é culpa desse governo, mas temos que colocar na contabilidade, na ordem de seiscentos milhões. Novos empréstimos juntos a Organismos Financeiros Internacionais, a partir de 1995, na ordem de quinhentos e setenta milhões de dólares. Cabe destacar, que devido à insuficiência de caixa para honrar as contrapartidas, o governo vem sendo obrigado a pagar comissões e taxas de permanência por não efetuar o saque de dinheiro disponível, sendo o valor aproximado de cálculo de dois milhões de dólares ao ano de taxa de permanência. Por quê? Por quê, é que o governo tem que pagar dois milhões de dólares por ano e não pode usar o dinheiro para o Paraná Doze Meses, para os investimentos nas Prefeituras, Paraná Urbano e tantos outros? Porque a dívida do Estado do Paraná, de curto prazo, pela má gestão, pelo aumento excessivo de cargos em comissão, aumento diferenciado aos coronéis, gratificação irregular aos delegados de Polícia ou Ministério Público, que teve um aumento considerável, terceirização de serviços de informática e de aluguel de carro, é um verdadeiro escândalo. As terceirizações são verdadeiros escândalos do ponto de vista de comprometer fluxo de caixa. Não pode fazer investimentos para receber o recurso de fora. A dívida flutuante, curto prazo, em 1999 restos a pagar, totalizavam três bilhões e quatrocentos milhões. Contra uma dívida de apenas cento e quarenta e oito milhões, herdadas em 95. Olha só a diferença. Lerner conseguiu, em 5 anos, na dívida de curto prazo, fazê-la de 148 milhões, deputado Ademir Bier, que herdamos lá do seu governo, para 3 bilhões e 400 milhões. Esta dívida revela o descompasso entre os compromissos financeiros assumidos pelo governo durante o ano e sua real capacidade de pagamento. As principais causas destes reajustes de caixa encontram-se: reestruturação de cargos e valores funcionais, de 1º escalão, com aumentos reais acima de 150%, em média, no início de 95; reajuste

em diferentes setores, como promotores, advogados, juízes, delegados, crescimento exponencial dos custos de serviços terceirizados, destacando neste caso a alocação de veículos. Aparentemente, uma coisa simples, mas a locação de veículos interfere, inclusive, nos empréstimos internacionais, pela nossa análise.

Aqui, a corrupção tem peso significativo, pois eleva o custo das obras e serviços contratados pelo Estado. Uma obra civil, uma escola construída pela Fundepar, no governo Lerner, custa o m2, R\$430,00. Enquanto qualquer construtora faz, nas próprias prefeituras, entre R\$130,00 o m2.

Sem contar ainda, os Jogos Mundiais da Natureza e os gastos com publicidade. Justificam, tudo isso, esta dívida de curto prazo, passando de 148 milhões para 3 bilhões e 400 milhões.

O resumo aproximado: 5 bilhões de Banestado; 1 bilhão e 200 milhões em novos empréstimos; 1 bilhão e 200 milhões de desvalorização; 3 bilhões e 400 milhões restam a pagar; 1 bilhão e 100 milhões e juros de dívida interna e externa; 1,4 bilhões de dívida existente antes do governo Lerner. Total: 13 bilhões e 300 milhões, em dezembro de 99.

O endividamento do Estado do Paraná, senhores deputados, é um assunto altamente sério, compromete o Estado do Paraná e só se resolve, não no julgamento técnico, se resolve no julgamento político. E julgamento político do governo Lerner chama-se "empeachment".

O endividamento merece uma investigação desta Assembléia Legislativa. O comprometimento da história futura do Paraná pelo governo Jaime Lerner, não atender a estes agricultores, não atender aos professores, não atender aos pequenos empresários da construção civil, fornecedores de bens de consumo ao Estado do Paraná, merece uma investigação e crime de responsabilidade, do ponto de vista administrativo. Mas, se isto não foi suficiente, quero elencar aqui as razões para uma comissão processante ao governo Lerner, que pode ser adicionada por outras razões que os deputados já me colocaram aqui e que não estão incluídas no meu pronunciamento: Canal Estravisor, obra contratada no início do governo Lerner, embargada pela Justiça e com parecer contrário pelo Tribunal de Contas; Ferroeste, concessão para empresa privada por 30 anos, de um patrimônio de 300 milhões, por menos de 10% deste valor a ser pago durante 25 anos, pessimamente administrado e com problemas de infraestrutura, de transporte trazendo para o Estado do Paraná; Anel de Integração, nós já colocamos em aprovação por esta Assembléia, para instalação nesta Assembléia, da CPI do Pedágio, que vai abranger o Anel de Integração: Banestado Leasing, contratos fraudulentos realizados sem garantias, ocasionando um rombo de mais de 400 milhões; Banestado Corretora, aquisição de títulos podres do Estado de Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina, cidades de Guarulhos e Osasco, deixando um rombo de aproximadamente 500 milhões; Jogos Mundiais da Natureza, evento realizado pela Secretaria de Esportes e Turismo,

que prestou contas de apenas 20 milhões, e os gastos dão na ordem de 85 milhões, faltando explicações, portanto, para 50 milhões; Sercomtel - Copel, CPI que foi abortada, depois de instalada nesta Assembléia, compra de 45% das ações da Sercomtel pela Copel, no valor de 186 milhões e 500 mil, envolvendo o resgate da dívida junto ao Banco Fontecindan, no qual uma dívida de 20 milhões foi resgatado por 39 milhões, entre outras irregularidades, objeto de investigação do Ministério Público.

Oitavo: Acordo Copel-CR Almeida - Acordo entre a diretoria da Copel e a empreiteira CR Almeida, envolvendo o pagamento de 90 milhões à empreiteira para que ela desistisse de ação judicial em trâmite, movida contra a Copel.

Nono: gasto com publicidade durante o primeiro ano, o governo Lerner gastou mais de 400 milhões com propaganda oficial.

Copel-Inepar: Contratação sem licitação para a construção de subestação de energia elétrica em São José dos Pinhais, para fornecer energia à empresa Renault, envolvendo montante de 18 milhões.

Contrato irregular: Estado-Renault: contrato firmado entre o governo Jaime Lerner e a empresa Renault, estabelecendo a participação acionária do Estado no empreendimento na ordem de 40% dos investimentos, equivalente hoje, a 400 milhões de reais, empréstimos sem juros, sem correção monetária, para ser pago após 10 anos do início da operação, benefícios fiscais, envolvendo a postergação de recolhimento de ICMS pelo prazo de oito anos.

Além disso, o Estado ficou responsável por fornecer toda infra-estrutura necessária para empreendimento, doação de terreno, aterro, terraplanagem, facilidades de operação do Porto de Paranaguá e no aeroporto Afonso Penna, subestação de água e energia, desvios e entroncamentos rodoviários. Este acordo foi modelo para os demais, sendo que o Estado deveria desembolsar aproximadamente dois bilhões, para viabilizar o conjunto das empresas que firmaram protocolos com o Governo do Estado.

Vale lembrar, que um desses investimentos encontrasse paralisado: Chrysler-Campo Largo, tem uma dívida de mais de 100 milhões em ICMS com o Estado, que não será resgatado.

Para Estatais: durante seu governo lerner criou diversas empresas denominadas de serviços sociais autônomos: Paraná Cidade, Paraná Educação, Paraná Turismo, Eco Paraná, entre outras, as quais vêm se recusando a prestar contas do recurso público a ela aplicado ao Tribunal de Contas, tendo inclusive seu serviço terceirizado aumentado em muito, custo e pagamento do Estado do Paraná.

São advogados que do Estado ganham em torno de 4 mil reais, em uma empresa como o Paraná Previdência, ganha em torno de 8 milhões de reais. Diretores dessas empresas, que ganham o dobro de um secretário estadual na estrutura normal de governo.

Senhor presidente Elio Rusch, senhores deputados, esse meu pronunciamento tem o fim de prestar, sobretudo, esclarecimento da posição do bloco de oposição, com relação ao requerimento do Deputado Neivo Beraldin, quando propõe a CPI da corrupção.

Nós queremos discutir com o Deputado Beraldin, com toda bancada do PSDB, a proposição dessa CPI. Só que nós queremos excluir dela as CPI's que já estão assinadas e só esperam instalação: Copel-Sercomtel, Jogos da Natureza e do Pedágio. As demais que foram anunciadas por mim aqui, em um processo de catalogação, procurando explicar o indviduamento do Estado, que justifica sobretudo pela corrupção e pela terceirização desvairada do governo, que também está eivada de corrupção.

Nós encontramos como explicação da dívida, os motivos que fundamentam uma CPI mais aprofundada, do que propõe o Deputado Beraldin, que vai ser discutido com o nosso Bloco de Oposição e, provocar, sensibilizar, a opinião pública, para que a OAB, CNBB, os sindicatos, as entidades que buscam a moralidade venham a esta Assembléia, protocolem um pedido de "impeachment" do Governador Jaime Lerner, porque nós não queremos fazer isso; pareceria uma conotação meramente política.

Nós também, por outro lado, por uma questão de habilidade, estaremos impedidos de proceder às investigações e compor o corpo que iria julgar o Governo Jaime Lerner.

Desse trabalho, Deputado Neivo Beraldin, nós vínhamos produzindo internamente o bloco de Oposição. Estava a meu encargo, deliberado gentilmente pelos meus companheiros do PDT, do PMDB, do PT e Deputado José Maria Ferreira.

Precipitei a entrega e o pronunciamento, tendo em vista, evidentemente, a conjuntura nacional que requer esse tipo de investigação e a fatos, que nós temos um companheiro do Governador Jaime Lerner, na cadeia.

### **O Sr. Nereu Moura**

Deputado Irineu Colombo, Vossa Excelência como sempre, ocupa a tribuna e traz assuntos palpitantes a esta Casa.

E agora Vossa Excelência aborda isso que mais magoa o povo do Paraná nos dias de hoje.

O que mais entristece a nossa população, ao observar que o nosso Estado virou um mar de lama, de corrupção, patrocinado pelo governo que aí está.

Vossa Excelência relacionou mais do que os 10 dedos da mãos, em escândalos patrocinados pelo Governador Jaime Lerner. Mas deixou alguns fora. Deixou, por exemplo, o escândalo da Imprensa Oficial, que foi comprovado pela própria auditoria interna da Imprensa Oficial. Um desvio de um bilhão e meio de reais.

O escândalo do Canal Extravasor aqui em Curitiba onde foi feito uma licitação de emergência. Naquela oportunidade já foi denunciado aqui, consumindo um valor abusivo de dinheiro.

As obras inacabadas e abandonadas desse governo, que mereciam também um capítulo especial, porque é dinheiro público jogado pelo ralo da incompetência.

O secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, só em uma particularidade, ele foi condenado a devolver aos cofres públicos vinte milhões de reais. E anda por aí belo e formoso. Eu vi na imprensa que ele despacha lá na Secretaria do Meio Ambiente, muito embora tenha saído de lá.

O Proem, que é o Programa de Reequipamento do Ensino Médio do Paraná, também há denúncias em relação a ele, Vossa Excelência, sabe, porque já tratamos disso.

E os veículos alugados para a Polícia Civil e da Polícia Militar, Deputado Irineu Colombo.

Vossa Excelência sabe que este é outro escândalo cabeludo do governo Jaime Lerner.

E o Fundef? O desvio de Recursos do Fundef?

Já acrescentei aqui, outros tantos que Vossa Excelência não havia numerado no boletim que já superava os dedos da mão.

É isso que entristece o povo do Paraná. Enquanto os agricultores sem-terra, enquanto os agricultores da agricultura familiar vêm para Curitiba, reivindicar migalhas, apoio, o governo se perde, se inunda em escândalos e corrupção.

E é por isso que a população não agüenta mais.

Por isso está fundamentado, coberto de razão, Vossa Excelência quando propõe a esta Casa, que nós temos que fundamentar, buscar toda documentação para que imediatamente seja colocado à apreciação desta Casa o “impeachment” do governador Jaime Lerner, porque já merece, para que o Paraná se livre deste pesadelo que se encontra nos dias atuais.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Muito obrigado pelo aparte, pela contribuição, sabia que Vossa Excelência ia contribuir muito com isso. enquanto Vossa Excelência falava, me lembrei de mais um escândalo, que estamos nele e esquecemos de citar.

O grampo. Se continuar a sessão, chegamos a 18 os escândalos aqui.

Deputado Neivo Beraldin, ouço com atenção o seu aparte.

#### O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Colombo, quero cumprimentá-lo, pelo pronunciamento que faz na tribuna, e naturalmente o Grande Expediente e talvez mais umas 2 horas de discurso de Vossa Excelência com os apartes que os deputados poderiam fornecer, contribuir com seu discurso, seria pouco para relatar todos os fatos que esse governo tem cometido, de desvio de rota. A prova está que quando o governo assumiu a dívida do Estado, não era além de um bilhão e trezentos milhões de reais. Hoje, a dívida é mais de quinze, dezesseis bilhões de reais.

Então, desnecessário se faz acrescentar mais do que Vossa Excelência tem dito da tribuna. Agora, quando eu propus a CPI da corrupção que é uma CPI idêntica à do Congresso Nacional seria aqui no Estado, pelo seguinte, nós já encerramos há poucos dias aqui na Casa cinco CPI's e agora temos mais cinco protocoladas na Casa. Uma delas trata da questão do desvio do dinheiro do MST, outra trata da questão do fórum aqui, daquela obra que está parada há mais de quinze anos, CPI, não sei, a poluição do Rio Iguaçu, claro a poluição do Rio Iguaçu, é importante, mas temos outras coisas mais importantes, América Latina Logística, discutir a questão da América Latina Logística, enquanto a corrupção campeia solta, solta e desavergonhadamente e isto se constata no processo de prestação de contas do Governo do Paraná, desavergonhadamente, sequer informa a esta Casa para quem vendeu os ativos da Copel. Nós sabemos que foram vendidos em torno de um bilhão e meio de reais comprometidos junto ao BNDS; represente 24% das ações da Copel, este governo comprometeu e recebeu este dinheiro, mas não informa para quem vendeu, como vendeu, por quanto vendeu e o que é mais importante, o que é que fez com o dinheiro.

Então, a CPI da Corrupção no Paraná, é mais do que fundamentada, quando nós verificamos que o Tribunal de Contas está agora se batendo na questão de Londrina, de Maringá.

Nós temos que criar a CPI da Corrupção para sabermos a venda do Banestado, o banestado Leasing, todos nós sabemos que houve desvio, está na justiça e por que não podemos investigar de perto isto, se a CPI teria poderes para desvendar todos os casos?

Então, por isso que eu proponho e eu acho que a Bancada do PT, do PSDB, os deputados aqui podem evidentemente contribuir, a fim de que se retirem todas essas cinco CPI's que estão aqui, que não quero chamar de CPI laranja, mas não são, o tema principal exigido da população, o tema principal da população é ética.

Então, a Assembléia Legislativa, para não entrar no mesmo caminho que entrou o governo do Estado, devíamos fazer aqui uma atitude de alto nível, atitude própria de um Poder Legislativo que representa o povo, fazermos aquela CPI que é fundamental que é esta que Vossa Excelência fala, o deputado Nereu falou da corrupção, que nós falamos e que testemunhamos dentro do processo, dos autos da prestação de contas.

Portanto, eu espero que Vossa Excelência com a inteligência que tem e todos os deputados aqui desta Casa pela sensibilidade que têm vão aderir a esta idéia e vamos então passar o Paraná a limpo.

Muito obrigado.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado, Deputado Neivo Beraldin.

Senhor presidente, eu com a contribuição do nosso assessor, o Claret, nosso advogado, montamos um gráfico para visualizar, depois vou passar a cada um dos deputa-

dos, o comportamento do endividamento do Estado do Paraná.

Fizemos este gráfico e fomos procurar explicações para o gráfico.

As explicações do absurdo endividamento do Paraná só tem uma lógica, a lógica do desmando e da corrupção.

Por isso nós queremos apoiar uma CPI da Corrupção que inevitavelmente vai dar no “impeachment” do Governador Jaime Lerner.

Temos um outro enfoque de como devemos tratar essa CPI.

Vamos fazer o debate necessário. Temos as CPI's como os Jogos da natureza, do Pedágio, que estão na lista. Vão ser instaladas em novembro, janeiro, março. Entra em seguida a CPI da Corrupção.

Nós, nesse interim, vamos fornecendo informações e estimulando o povo do Paraná, para que venha salvar o Paraná, protocolando o pedido de “impeachment” ao Governador Jaime Lerner, aqui, fundamentado sobretudo no comprometimento das reações futuras, do endividamento absurdo e escandaloso do governo, tendo por base não administrar o Estado, com vistas no seu desenvolvimento.

Empobreceu o Estado, através do endividamento, da má gestão, feita com o tempero da corrupção. As razões do endividamento do Estado, corrupção. O mal tem que ser cortado. O Estado do Paraná é um escândalo só. Por exemplo, esse que estamos vivendo, o do grampo. O Governador Jaime Lerner criou uma comissão de alto nível, como foi a comissão de alto nível do Pedágio, que até hoje não deu resultado. Ia ter o aumento, explicar o porquê do aumento, ia baixar, cobrar das empreiteiras. As empreiteiras estão trocando o asfalto, lama asfáltica, sem duplicação. A comissão de alto nível, talvez esteja trabalhando ainda.

Portanto, o governo não tem credibilidade para criar comissão.

Comissão para julgar ele mesmo, comissão para investigar ele mesmo. Evidentemente, que ele nunca vai dar a resposta para a sociedade.

Obrigado, senhor presidente.

**(Aplausos)**

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Queria apenas que se registrasse nesta Casa, a presença de uma das grandes lideranças da nossa denominação; é presidente da nossa convenção, por diversas gestões, é um líder por excelência e durante o seu período foi que se criou a Facel, a primeira faculdade das Assembléias de Deus, no Brasil e ele tem sido uma pessoa de extraordinária visão, a nível de Paraná e de Brasil. Eu queria apresentar a pessoa do senhor Sílvio Ferreira Pimenta, hoje, à frente administrando uma igreja no setor do Norte do Paraná, na região de Paranaíba.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Devidamente registrado, Deputado Takayama.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria de destacar a presença da dona Lola Menarin, que é assessora do Prefeito de Castro, que se faz acompanhar também do Cristian Krueger, que é presidente do PSDB de Castro, e também do Renato Augusto Boza.

Com muita satisfação recebemos hoje a presença dessas ilustres pessoas da Cidade de Castro.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Horário das Lideranças:

PL; PSB; PSC; PST. Concedo a palavra ao Deputado Takayama.

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Senhor presidente, quero primeiramente agradecer ao companheiro Divanir Braz Palma, líder do PSDB na Casa, por nos ceder o horário, para trazermos aqui um posicionamento, que pode não ser bem o da liderança do PST, porém, é uma posição do segmento que me colocou aqui, nesta Casa, senhor presidente.

Como todos devem estar sabendo, nesta semana entra no Congresso, novamente o projeto de Lei nº 01151/95, de autoria da deputada Marta Suplicy, que disciplina união civil entre pessoas do mesmo sexo, é o chamado casamento gay. Estou usando a tribuna para colocar a esta Casa, um pedido de voto contrário à aprovação do projeto, encaminhando ao Congresso Nacional para que os nobres deputados em Brasília não dêem apoio a este projeto de lei.

Aqui falo em nome da nossa denominação, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, que hoje se encontra representada na figura do Pastor, ex-Presidente Sílvio Pimenta, que hoje compõem algumas das nossas comissões.

Como é do conhecimento de todos, este projeto de lei tenta disciplinar, segundo a proponente, que justifica a colocação desse projeto de lei, dizendo o seguinte: “A aceitação legal da união civil entre pessoas do mesmo sexo encorajará mais gays e lésbicas a assumirem a sua orientação sexual. Essa realidade somente tornará mais fácil a vida das pessoas”.

Senhor presidente, nobres pares, estamos aqui, diante de uma questão de opção e orientação sexual.

Acho que se John Lennon e a minha conterrânea, patricinha, Yoko Ono, quando ele compôs aquela frase famosa, aquela música que ficou quase eternizada. Imagine você, eu diria: “Imagine você se toda a nossa sociedade, os milhões de homens casassem só com homens, as milhões de mulheres casassem só com mulheres, não teríamos o princípio básico da lei da

multiplicação, que é uma lei divina. Os nossos filhos não existiriam mais”.

Sei que alguns pseudo-intelectuais querem tentar ironizar essa situação, como se seguir os preceitos bíblicos fossem um suicídio intelectual, senhor presidente.

Queria dizer que a nossa igreja, e tenho certeza que nesse momento represento a voz entalada na garganta de milhões de pais e mães, que não aceitam essa postura.

A Assembléia de Deus é cem por cento contrária à aceitação desse projeto de lei. Não poderíamos nos calar, não podemos aceitar em silêncio que projetos que venham frontalmente contra os ensinamentos cristãos possam passar, sob o risco de termos um mundo que já não é muito fácil de ser governado, ver o mundo vivendo no meio de tantas mazelas, em situação ainda pior.

Queria deixar aqui bem claro, dos gays que talvez estejam aqui ou que possam estar, quero dizer a esta Casa, que não sou contra a pessoa ter a sua preferência. É uma questão que, aquilo que você chama de direitos humanos, a Bíblia chama de livre arbítrio.

Se existe alguém que é homem, mas gosta de deitar ou transar com outra pessoa do mesmo sexo e vice-versa minha gente, é um problema de cada um. Não estamos entrando nessa questão.

Estou entrando na questão, senhor presidente, de que não podemos colocar na Constituição a exceção, porque se essa união for aprovada, amanhã ou depois, não sei como os padres e os pastores vão fazer na igreja.

“O Senhor João aceita casar-se com o Senhor Pedro...”

Meu Deus do céu, não entendo isso!

#### **O Sr. Custódio da Silva**

Quero parabenizar o nobre Deputado Takayama e dizer que o País, o Brasil, necessita de tantos projetos importantes, de tanta coisa importante que venha ao encontro à igualdade social, o resgate à cidadania! Vem uma deputada federal - na época, hoje prefeita de São Paulo - fazer um projeto tão ridículo como este. Por isso já está estampado em todos os jornais da mídia: a pior prefeita do Estado de São Paulo. Só sabe fazer projeto ridículo e discurso bonito em época de campanha. Está aí.

Quero parabenizá-lo pelo brilhante tema que traz hoje a esta Casa.

#### **O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Sei que algumas pessoas que estão vaiando, tratam-se de outra questão. Mas, não vou imaginar que está cheio de gays aqui, não é o caso!

#### **O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Não podemos aceitar este tipo de brincadeira do Deputado Takayama!

#### **O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Ninguém está com brincadeira, senhor presidente!

#### **O SR. NEREU MOURA**

Precisamos respeitar esta Casa, Deputado Takayama! Vossa Excelência está faltando com o decoro parlamentar, quando vem com uma brincadeira de mau gosto!

#### **O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Quero informá-lo que tenho todo o respeito e aqui no meu discurso foi dito isso. Vossa Excelência está fazendo discurso para a platéia!

#### **O SR. NEREU MOURA**

Não, senhor! Vossa Excelência está faltando com o respeito, da tribuna, para com as visitas e com os próprios parlamentares!

#### **O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Vossa Excelência não venha com conversa mole para cima de mim!

Essa união, senhor presidente, vai propiciar até a abertura de adoção de filhos, de crianças, por homossexuais que, inevitavelmente, vão assimilar os mesmos princípios ou, quando nada, provocará confusão na sua formação educacional. Acho que essa é uma lei contrária ao sentimento cristão e é por isso que digo: existe muita hipocrisia porque alguns se dizem cristãos mas vão frontalmente contra os ensinamentos das Sagradas Escrituras. E poderia citar aqui, mais de cem referências bíblicas. Entre elas, aos Coríntios 6-10, a Bíblia diz: “Não erreis nem os devassos, nem os idólatras, nem adúlteros, nem afeminados, nem sodomistas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os zombadores herdarão o reino do Senhor”.

Deixo aqui o meu depoimento e quero dizer a esses que vêm compor a platéia, apenas da Oposição, que não estamos preocupados com o que está aqui, estou preocupado com o que está fora desta platéia, porque a sociedade paranaense não pode aceitar esse tipo de comportamento e é o que estamos vendo hoje, uma postura muitas vezes apenas de platéia.

Estou fazendo um discurso para a nossa sociedade porque temos compromisso com o futuro, com nossos filhos e com nossos netos que virão.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

#### **O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhores deputados.

Primeiramente quero lamentar o comportamento do Deputado Takayama. Esta é uma Casa que recebe a todos de braços abertos, é a Casa do Povo do Paraná é a Casa onde temos de respeitar a população, porque estamos aqui em nome do povo e as pessoas que vêm aqui

têm que ser tratadas com respeito e com consideração e não com brincadeira.

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)**

Em que momento, senhor deputado, faltei com respeito à platéia? Em que momento? Se Vossa Excelência me explicar qual foi a razão, eu, como cristão, sei me desculpar o suficiente. Agora, não venha Vossa Excelência querer fazer discurso para poder agradar a platéia, porque não vou aceitar isso em momento nenhum.

**O SR. NEREU MOURA**

No momento em que Vossa Excelência insinuou que tinha gays aqui dentro desta Casa. Senhor presidente, peço que me assegure a palavra, o Deputado Takayama já usou da palavra!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

A palavra está assegurada ao Deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Quero dizer que Vossa Excelência desconte o horário que o Deputado Takayama me subtraiu.

Quero dizer a Vossa Excelência e aos deputados aqui presentes, que no passado nós criamos nesta Casa uma frente de apoio, uma frente parlamentar de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária. Porque esta Casa composta pela maioria dos partidos aqui representados, sempre teve sensibilidade com as dificuldades da vida do campo, com as dificuldades da vida da agricultura. E nós, deputados eleitos pelo povo paranaense, pelos agricultores, pelo sem-terra, pelos profissionais liberais, enfim, pelo conjunto da sociedade do nosso Estado, não poderíamos ter outro comportamento se não dar apoio integral ao movimento que brota das ruas, aos trabalhadores que sofrem para poder sobreviver com dignidade.

Por isso, quando a Deputada Luciana Rafagnin veio à tribuna hoje trazer a sua preocupação, nós, já em conversa que mantínhamos anteriormente, fazíamos novamente o compromisso de hoje ainda aprovarmos aqui na Assembleia Legislativa, a reestruturação da Frente Parlamentar de Apoio à Agricultura Familiar e à Reforma Agrária.

É a maneira que a Assembleia Legislativa do Paraná tem para apoiar a luta dos agricultores, para fazer com o que o Governo Federal, o Governo do Estado, compreendam de uma vez por todas que não é com conversa fiada, não é com papo furado que nós vamos resolver os graves problemas que afetam a nossa agricultura. É com ações concretas, com apoio, com trabalho, com firmeza que nós poderemos reverter a situação gravíssima que assola o campo.

O IBGE divulgou a sua pesquisa de campo, dizendo que no Paraná, 10 mil pequenas propriedades são fechadas a cada ano. Isso significa dizer que somente no Governo Jaime Lerner, 70 mil pequenos agricultores

rurais abandonaram a terra e vieram embora para a cidade.

Senhor presidente, é contra esses números que nós temos que combater, é contra essa realidade que nós temos que procurar somar esforços para ajudar a nossa população rural.

Precisamos, Deputado Augustinho Zucchi, do calçário que há 2 anos a agricultura não recebe uma gota. precisamos do financiamento. Precisamos do apoio à moradia, conforme projeto da deputada, porque tem o Paraná 12 Meses, mas é um programa que atinge meia dúzia de pessoas por município.

Enfim, precisamos de um governo que tenha o olho voltado para a agricultura, sem proselitismo, sem demagogia, sem conversa fiada, sem papo furado. Precisamos enfim, resgatar a história do nosso Estado, um Estado agrícola, um Estado que tem orgulho da sua agricultura, um estado que tem um agricultor que produz, que trabalha mesmo sem o apoio oficial do governo.

Por isso fica aqui, senhor presidente, o manifesto do PMDB, o manifesto da nossa Bancada do PMDB, aqui nesta Casa, em apoio à agricultura familiar do Estado do Paraná e o nosso compromisso de criarmos aqui, a Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

PFL.

**(Declina)**

PSDB, Deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCI**

Senhor Presidente, senhores deputados e senhora deputada.

Ouvi aqui no calor do debate, algumas citações bíblicas. E talvez me recorde ao passar de uma que dentre outros argumentos, quem sabe, justifique a nossa posição firme, cristalina e irretorquível com relação à venda da Copel.

Quem sabe, pudesse dizer aqui, apenas uma citação para aqueles, que como eu, sofreram pressão do governo para que permanecessem votando a favor da venda da Copel. “Por que temeis, homens de pouca fé”? Por que haveremos de temer, se os cristãos do Paraná pedem ao governo do nosso Estado que não venda a Copel? Por que nós, que somos representantes dessa voz que vem dos mais longínquos rincões do nosso Estado, poderíamos temer, de o governo atender, quem sabe, este ou aquele prefeito, deixar de atender este ou aquele deputado.

Portanto, se todos os argumentos técnicos fossem falhos com relação à venda da Copel, nós ainda nos apegaríamos em um, quem sabe o principal, que é este, bíblico. “Por que temeis, homens de pouca fé”? Nada haveremos de temer, assim como não temem os agricul-



tores da pequena propriedade do nosso Paraná. Muitos deles, ex-agricultores.

Falo aqui, Deputado Elio Rusch, porque Vossa Excelência, como presidente, sabe o que é uma pequena propriedade. Sou filho de um pequeno agricultor que permanece lá com aviário, com chiqueiro de porco e que sobrevive em cima de 21,4 hectares de terra, é oito alqueires de terra.

É o pequeno agricultor, Deputado Nereu Moura, razão pela qual, imagino que o Governo do Paraná não teria muito o que gastar para apoiar de verdade os nossos pequenos agricultores.

Esta Casa aprovou a Lei do Calcário. Não consegui achar um técnico por este Paraná afora ou um agricultor, que me dissesse que o calcário não é importante para a sua produção agrícola. É! Comprovadamente é, porque devolve a possibilidade da produção da terra e dá uma expectativa melhor à vida desses pequenos produtores, que lá sobrevivem.

Pois bem! A algum tempo atrás se deixou de cumprir a lei. Não se dá mais o calcário subsidiado em 70%, lá na propriedade, para os nossos agricultores do Paraná. Pequenos agricultores que possuem até cinquenta hectares de área na sua propriedade. Mas, quanto significa isso? Ora! Se o Governo do Paraná hoje resolvesse, porque já vamos começar a Safra Verão, resolvesse apoiar os nossos agricultores cumprindo a Lei do Calcário, que foi aprovada por esta Casa, com um milhão de toneladas de calcário, Deputado Waldyr Pugliesi, nós poderíamos atender milhares de famílias de agricultores por esse Paraná, a um preço bem menor do que gastou o Governo do Paraná para convencer a população de vender a Copel.

Então, procede a revolta da população quando diz que o nosso agricultor apenas sobrevive pela sua obstinação, pela sua tradição, pela sua vontade de continuar produzindo, porque na economia globalizada não há quem segure um pequeno produtor rural, mesmo que agora tenha ele o subsídio de 25% da energia elétrica. Mesmo que agora, Deputado Pessuti, a Copel tenha levado a todas as comunidades do nosso Paraná a energia elétrica.

#### **O Sr. Ademar Traiano**

Permite-me um aparte?

#### **O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Na seqüência, deputado. Vossa Excelência poderia, quem sabe, me conceder o Horário da Liderança do Governo para que eu pudesse lhe conceder o aparte.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

#### **O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Vou concluir, senhor presidente. E queria pedir desculpas aos Deputados Traiano e Neivo Beraldin, que me solicitaram um aparte, tendo em vista o tempo estar esgotado.

Não há como, portanto, sobreviver a esta dificuldade imposta pela política globalizada aos pequenos produtores, que produzem essencialmente o que significa uma propriedade familiar, sustentada e trabalhada pelas mãos próprias da sua família.

Portanto, Deputada Luciana, o seu Projeto de Habitação Rural terá meu voto favorável e contra o veto do governo. Mas, espero que, derrubado o veto do governo, possa o governo cumprir a lei e ajudar os agricultores, porque até agora os pequenos agricultores não têm recebido nem perto dos 27 programas que existiam na Secretaria da Agricultura - e posso debatê-lo um a um, porque conheço com profundidade.

É a força do pequeno agricultor que segura ainda a mão de obra lá no campo. E talvez, se pudéssemos fazer uma campanha aqui em Curitiba, a elite curitibana que se preocupa tanto com o embelezamento da nossa cidade, Deputado Vanhoni, poderíamos sair com uma campanha pelo Paraná, para encerrar meu pronunciamento, dizendo o seguinte: "Salve Curitiba! Ajudem a nossa agricultura, que é a melhor forma de salvar a capital do nosso Estado".

É preciso fazer com que nosso agricultor não saia desesperançado da sua propriedade e venha até a cidade mais desesperançado ainda, à busca de um emprego que não existe e muitas vezes proporcionado pela propaganda oficial.

Portanto, fica aqui - e não é para falar para a plateia, não - porque sempre, pelos quatro cantos deste nosso Paraná, sempre falamos a respeito do pequeno agricultor, que na nossa opinião, além da justiça social, é uma questão de desequilíbrio social do nosso Estado do Paraná. Só não vê quem não quer! Governo do Paraná, dê calcário para os nossos agricultores, e vamos parar de conversa mole!

Muito obrigado

#### **O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, para uma conversa no plenário, eu acabei de receber um telefonema do Senador Álvaro Dias, e ele disse o seguinte: assinamos a CPI da Corrupção, em Brasília, eu e o Senador Osmar Dias. E jamais pensamos em deixar o PSDB. A nossa postura sempre foi uma postura independente em relação ao Governo do Estado. E não há nenhuma hipótese de que ambos deixem o PSDB. Pelo contrário: a certeza absoluta de que sempre estarão, com sempre estiveram, ao longo de sua vida pública, em sintonia com a população brasileira e especialmente com a população do Paraná.

Era este o comunicado que eu queria passar à Casa, visto que alguns deputados estavam nos perguntando. E, na ausência do nosso líder, faço esta questão de ordem, para que se transmita isto à população do Paraná, estas palavras.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Horário destinado ao PTB, concedemos a palavra ao Deputado Ricardo Chab.

**O SR. RICARDO CHAB**

Senhor presidente, senhora deputada e senhores deputados. O que me traz à tribuna hoje, é um assunto que eu reputo dos mais sérios e dos mais graves.

A imprensa do Estado do Paraná, tem, nos últimos 60 dias, feito algumas denúncias superficiais, eu diria, com relação ao que se rotulou chamar de pedágio da morte.

O que é pedágio da morte?

Tenho comigo aqui, em mãos, o que comprovaria a existência do “pedágio da morte” na Penitenciária Central do Estado do Paraná, em Piraquara.

Quero mostrar aos senhores deputados, aqui na minha mão, um recibo que comprova a existência do “pedágio da morte”.

E quero ir mais longe, senhor presidente. Tentei falar hoje com o Secretário da Segurança Pública, José Tavares. Ele está em Brasília, não pode me atender, está em uma audiência lá.

Gostaria nessa parte, de deixar claro, para todos os senhores deputados. O que está acontecendo na Penitenciária Central do Estado é algo muito sério. Muito sério e muito grave. Em seis meses nós tivemos duas rebeliões na Penitenciária Central do Estado. Nos últimos quatro meses, nós tivemos nove assassinatos; dos nove, quatro ocorreram na última segunda-feira. Há inclusive a proposta de mais quatro acontecerem agora na próxima segunda-feira e vou explicar inclusive, com um recibo que tenho em mãos, que recebi das mãos de uma pessoa que tem um parente recluso, interno, no sistema penitenciário, que está marcado para morrer.

Quero então, deixar aqui para todos os senhores deputados, ao conhecimento desta Casa, senhor presidente, eu na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública, quero também convocar a Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Esta Casa tem uma Comissão de Direitos Humanos e acho que esse assunto é atinente a ela, o Deputado Renato Gaúcho é o presidente.

Gostaria de explicar como funciona o “pedágio da morte” na Penitenciária Central do Estado. Sei que os agricultores, trabalhadores que não convivem com essa violência toda, ficam assustados quando um deputado sobe na tribuna e fala: Tem um “pedágio da morte”, se não pagar, morre. E é isso mesmo que está acontecendo.

Agora, como que está acontecendo isso? Isso acontece, senhor presidente, não sei se há uma falha do sistema, não quero entrar no mérito aqui da questão. Mas, o que está acontecendo é o seguinte: que depois das duas rebeliões consecutivas, um grupo de presos tomou conta do Sistema Penitenciário. E esse grupo de presos controla hoje, Deputado Pessuti, todo o andamento da Penitenciária Central do Estado.

Controla mais ainda: quem vive e quem morre. Esse grupo de presos, controla a vida dos outros presos da Penitenciária Central do Estado.

Esse recibo que tenho em mãos, senhor presidente, é de uma senhora, que não vou revelar o nome, naturalmente: ela está aqui. Ela é obrigada, todos os meses, nos últimos dois meses, a passar para os presos que estão liderando os demais, a massa carcerária como eles falam do Sistema Penitenciário, a quantia de 120 reais por mês.

Ela deposita sistematicamente, 120 reais por mês, e com isso ela mantém o seu parente vivo no Sistema Penitenciário. Se ela deixar de depositar, matam o parente dela. É assim que funciona o pedágio da morte.

Tenho aqui comigo, quero mostrar para vocês este recibo. Esta senhora, inclusive, é claro, pediu que não revelasse quem é, me procurou hoje de manhã na Rádio Cidade, está disposta a falar para autoridades como funciona o “pedágio da morte”.

Ela diz o seguinte: que levou cem reais no último dia 24 passado à Penitenciária Central do Estado, fez o depósito na Portaria. Aqui, este é o recibo de cem reais, assinado pelo agente penitenciário, que recebeu e ficou de passar para um dos presos líderes do Sistema Penitenciário.

Tenho aqui o nome de um interno, um dos líderes que receberia ou recebeu esse dinheiro, está aqui comigo, consta neste recibo, e é claro que não vou fazer a revelação, depois posso mostrar para todos os senhores, inclusive o nome da senhora que depositou.

E agora esta senhora recebe um recado na última visita que foi no domingo na Penitenciária Central do Estado. Qual foi o recado? “Olha, na nossa contabilidade, falta os vinte reais. Ou a senhora arruma os vinte reais até a próxima visita ou então o seu parente vai ser morto. Morre agora na próxima segunda-feira.

Então, isso é muito grave, muito sério, repu to isso como uma das coisas mais graves que tomei conhecimento até hoje, ou seja: o Poder Público teria perdido o controle na Penitenciária Central do Estado.

Então estou profundamente preocupado. Então, como deputado, liguei para o Secretário da Segurança, para saber se ele tem conhecimento dessas coisas. Porque o secretário disse em entrevista, recentemente, que está incontrolável a Penitenciária Central do Estado. Palavras do secretário. Não sou eu que estou falando.

Quero colocar aqui, senhor presidente, o seguinte: Sugiro ao Plenário e à Presidência da Mesa, que façamos as duas comissões: a Segurança Pública e a Direitos Humanos, acho que esse caso é mais pertinente aos senhores, porque são presos sob tutela do Estado, responsabilidade do Estado e que estão, de repente, vivendo por momentos, por horas, por minutos, se não pagarem o pedágio.

Eu queria, que o presidente dos Direitos Humanos, deputado Renato Gaúcho, convocasse essa comissão, para que nós, em conjunto, fôssemos à presença do secretário e convidássemos para vir aqui conosco em uma reu-

nião, e mostrarmos o recibo e trazermos essa senhora que está pagando o pedágio para manter o parente dela na Penitenciária Central do Estado.

Visto que a nossa comissão, a Comissão de Segurança Pública desta Casa, mandou um membro recentemente, da comissão, o Deputado Custódio, esteve na Penitenciária Central do Estado e pode inclusive ele mesmo checar as reais situações que são complicadíssimas. O Deputado Custódio depois pode até falar da visita que ele fez junto aos agentes penitenciários, na Penitenciária Central do Estado. E vou mais longe, senhor presidente.

Os agentes penitenciários estão com medo também. A informação que me veio, falei hoje com a senhora que é presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, e eles estão aflitos porque eles não confirmam e não desmentem a existência do pedágio da morte, mas o recibo é que comprova.

Deputado Renato Gaúcho, para concluir.

#### O SR. RENATO GAÚCHO

A denúncia que Vossa Excelência faz, sem dúvida nenhuma é muito grave. Acho que a nossa Comissão tenho a honra de presidir, a Comissão de Direitos Humanos, está à disposição de Vossa Excelência, para que, juntos, possamos dar um esclarecimento para essa história que realmente é mais do que grave. É de segurança pública, mesmo! Então me coloco já à disposição, não apenas eu, mas toda a comissão, para que junto com a Comissão de Segurança, possamos averiguar o assunto e chegar às conclusões que nos cabem no momento.

#### O SR. RICARDO CHAB

Tenho certeza absoluta que o senhor não se furtaria dessa missão visto que já havíamos conversado com relação à questão da Penitenciária Central do Estado.

Senhor presidente, por hoje era isso.

Agradeço.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O Deputado Nelson Tureck, registra a presença dos seguintes vereadores do Município de Araruna: Genésio Marques, Gilberto Santana e Virgílio Viana.

Sejam bem-vindos e obrigado pela presença.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Só para registrar, o que acompanha os agricultores, a Vereadora Margarete do Município de Verê, Maria da Silva, do Município de Salto do Lontra e também Leandro Khovak, do Município de Marmeleiro e Paulo Souza, do Município de Capanema.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, agricultores que nesta tarde vêm dar um brilho especial à sessão da Assembléia Legislativa do Estado.

Acompanhando os pronunciamentos de diversos parlamentares, com relação à questão pequena propriedade, de forma especial em razão do projeto da Deputada Luciana Rafagnin, é importante, senhores parlamentares, senhores agricultores, os quais muitos eu conheço, que aqui estão, amigos nossos lá da região Sudoeste do Paraná da região Oeste do Paraná. É importante fazermos aqui algumas considerações.

Quando do projeto da Deputada Luciana Rafagnin, essa Assembléia votou pela sua aprovação e eu, da mesma forma, votei também pela aprovação do projeto da Deputada Luciana, até porque entendo de que é fundamental o atendimento à pequena propriedade, ao pequeno agricultor e até porque vivemos numa região de minifúndios onde a nossa região caracteriza-se pela pequena propriedade numa média de 5 alqueires, no máximo, por agricultor, e reconhecemos as reais dificuldades que vive o nosso pequeno agricultor, com certeza em função de um contexto geral, de um contexto que não se pode atribuir apenas a este ou àquele governo, mas de toda uma história deste País.

E é lógico que nós, políticos, temos o dever de assumir algumas posições e termos algumas incursões que possam minizar ou atender este problema crucial da pequena propriedade, principalmente da região Sudeste do Paraná, onde a agricultura é a mola propulsora da economia regional e com certeza a agricultura como um todo no Estado é a grande geradora de receita e de divisas para o Estado do Paraná.

Agora, é importante fazermos aqui algumas considerações para que também não fique pairando dúvidas que, pelas colocações dos Senhores Parlamentares de Oposição e eu respeito o pronunciamento de cada um, a manifestação de cada um, - é perfeitamente normal e natural estabelecer o contraditório e eu sem nenhum temor, até porque na minha vivência, na minha vida de vinte anos de vida pública no Sudoeste do Paraná sempre tive perfeita convivência com os pequenos agricultores da região, mas é importante registramos aqui algumas ações também do governo do Estado com relação à pequena propriedade, porque não é um desastre total, como se propaga, de que nenhuma ação do governo tem acontecido com relação à pequena propriedade.

Ora, eu não quero estabelecer o confronto com o pequeno agricultor. Pelo contrário, nós queremos nos somar ao movimento, ajudar o pequeno agricultor, porque este é o interesse de qualquer deputado que aqui está, da Oposição ou da Situação, mas é importante que diga à sociedade do Paraná que neste governo nós já construímos 350 vilas rurais, cerca de 60 mil pequenas propriedades, 60 mil pequenas famílias do interior do Paraná foram colocadas em uma pequena propriedade, fruto do pro-

grama Paraná Doze Meses, de um programa reconhecido mundialmente que são os programas da Vila Rural.

Eu sei que podem encontrar resistência no pequeno agricultor. Reconhecemos sem nenhuma preocupação, mas há que se reconhecer que o governo teve uma investida no sentido de resolver e tirar debaixo da lona muitas famílias que estavam marginalizadas no processo e que hoje têm pelo menos uma pequena casa para morar com um pequeno terreno para produzir.

Não é tudo, não é tudo, com certeza. Muito ainda falta para realizar. O governo, também dentro do programa Paraná Doze Meses, tem hoje praticamente, 500 agroindústrias no Paraná já inauguradas num programa extraordinário visando agregar receita, coloca na mão do pequeno agricultor, daquele que tem 3, 4, 5 alqueires, a oportunidade de em conjunto, de uma forma associativa construir a sua parte, agregar receita e colocar no mercado estadual e nacional o produto produzido lá na pequena propriedade. O governo ainda tem o Banco da Terra, já com investimentos na casa de 30 milhões de financiamento para a pequena propriedade aqui no Estado do Paraná, em parceria com o governo federal.

Enfim, eu poderia ficar aqui falando por muito tempo sobre algumas ações do Governo do Estado com relação à pequena propriedade. Reconheço as deficiências que o governo ainda tem com relação à pequena propriedade. Reconheço a preocupação do Deputado Zucchi, que é um homem criado no interior, filho de agricultor - o seu projeto é extraordinário. Mas o governo pôde em algum tempo, atender também os Municípios, com o calçário. Nesse momento está deixando de atender. Há, com certeza, um movimento muito grande de todos, Deputado Zucchi, para que possamos retomar esse programa, que é importante, é o grande alimento da terra, para gerarmos a produção, na nossa pequena propriedade.

É exatamente nessa linha, que eu gostaria, senhor presidente, de fazer as minhas colocações, para mostrar ao Paraná, que não é todo esse desastre e que o Governo do Estado, através de algumas ações, se não contempla ainda em 100% aquilo que todos desejamos, está fazendo alguma coisa para melhorar e fixar o nosso homem do campo.

Os nossos pequenos agricultores, dou o exemplo da minha cidade onde fui prefeito, Santo Antônio do Sudoeste, mais de 90 famílias receberam e não tinham sequer a oportunidade de ter uma casinha, para morar, paupérrima. O governo, através do Programa Paraná 12 meses, recuperou e deu uma condição digna, para a pessoa viver na sua pequena propriedade.

Parabéns! Quero cumprimentar aos agricultores que aqui estão. O Deputado Traiano, com certeza, se soma a vocês. Tenho a certeza absoluta de que todos nós estamos aqui imbuídos do melhor, para melhorar a vida do nosso pequeno agricultor.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

Pela ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Quero registrar, nesta tarde de hoje, a presença de Divonsir José da Silva, pequeno empresário e liderança da Cidade Industrial de Curitiba, que se faz presente nesta Casa, na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

O Parlamento é bom porque temos a oportunidade de estabelecer o contraditório. Hoje, se tivéssemos uma hora para falar a respeito só das coisas que foram pronunciadas e discutidas aqui, certamente essa hora não seria suficiente para aquilo que poderíamos falar.

Luciana Rafagnin, está aqui o pessoal da agricultura familiar. O vice-líder do Governo elencou uma série de ações governamentais. Então, caro Deputado Vanhoni, se pegássemos o dinheiro que o governo gastou com os Jogos Mundiais da Natureza, em torno de 100 milhões, daria em quatro anos do governo Lerner, de chegar, por exemplo, a dar 25 milhões para a atividade de vocês. Essa é a atividade do governo: gastar dinheiro com o supérfluo, com a mentira, para fazer uma imagem que vocês estão vendo aonde vai dar.

(Aplausos)

O Sr. **Ângelo Vanhoni**

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Para contribuir nesse seu raciocínio, Deputado Waldyr Pugliesi, o governo gastou cem milhões de reais nos Jogos da Natureza e pretende o Rafael Greca investir mais essa quantia, com o seguinte pretexto - claro que, nesse governo, tudo tem um pretexto, praticamente sagrado. Qual é o pretexto dos Jogos da Natureza? Gerar emprego, atração do turismo, economia, na região do Oeste do Paraná. Se o Governo do Estado tivesse olhos abertos e visse quanta pequena propriedade agrícola existe nas regiões Oeste e Sudoeste, fome de um centavo de crédito agrícola para poder melhorar a sua produtividade, teria investido, e os empregos estariam brotando da terra, com os nossos homens, os nossos paranaenses trabalhando que lá estão.

Vossa Excelência tem toda razão em fazer essa observação, porque é preciso restabelecer a verdade. Claro, é preciso restabelecer a verdade e o Paraná precisa entrar no caminho certo.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Muito obrigado pelo aparte.

Vejam bem, outro dia estavam aqui estudantes e disse aos estudantes - porque comecei na política como estudante, ainda no ginásio, na época - que eles precisariam saber que temos um milhão de analfabetos por culpa

dos governantes aqui, no Estado do Paraná. Era preciso que eles falassem para os pais deles, que esse governo, que é pródigo em gastar dinheiro com a mídia, gastou 500 milhões de reais, para fazer a sua auto-propaganda. Gastou 100 milhões com Jogos Mundiais da Natureza e por aí afora. Agora, para cobrir todos os gastos que ele cometeu ao longo desses anos, já fez o quê?

- Explodiu com o Banestado!

Ontem, ainda na tribuna, ou anteontem, mostrei o lucro do Itaú de 623 milhões de reais, proveniente do Banco do Estado do Paraná que eles receberiam de graça, por ação desse governo.

Desse governo que praticou dentro do Banestado, uma série de coisas que estão encobertas até hoje.

A Sanepar que vocês ajudaram a fazer, que eu ajudei a fazer, que o Paraná ajudou a fazer, está nas mãos, praticamente, da Vivandi, uma empresa francesa.

É Banestado, é Ferroeste, pedágio e Copel.

Fora da organização popular, da mobilização popular não temos solução para nada.

Olha, estava o Deputado Custódio agredindo a prefeita de São Paulo no seu breve aparte. Uma mulher de coragem que consegue respeitar a opção sexual de quem quer que seja, uma mulher que vem romper com essa mentira que é a sociedade, e coloca o texto constitucional na prática, ela respeita a minoria.

Aqui no Paraná, esse governo não respeita nem a grande maioria de 90% que não querem que seja vendida a Copel; essa é a diferença.

Aqueles que muitas vezes usam a palavra aqui, me perdoem, são fariseus. Uma palavra aqui e outra lá. Falamos muitas vezes aqui, na quinta-feira de manhã, quando não tem nem imprensa, nem platéia, nem nada, colocamos as nossas idéias, as verdades.

Vocês sabiam que esse governo que está aí, ao assumir tinha um bilhão de dívida e hoje 12, 13, 14, 15, 20, ninguém sabe. O que é que fizeram com o dinheiro do povo do Paraná?

Esse Fernando Henrique Cardoso, entregador, neo-empreguista na história do Brasil, que falou que precisava vender tudo para acabar com a dívida, quando ele assumiu, a dívida do Brasil era de 50 bilhões. Hoje chega a 600 bilhões! É por isso que não tem dinheiro para vocês fazerem esse dinheiro retornar, em forma de quê? De comida na mesa de muitos, muitas "reticências" que existe nesse País.

Falou-se aqui de 500 agroindústrias, mas vem do quê? Do Pronaf. Vocês estão com dinheiro lá, também?

Gente, vocês sabem a realidade! Vocês sabem que um grupo de deputados - gostaria que fossem todos aqui nesta Casa, mas pelo menos estamos organicamente postados para dar apoio a vocês. Sempre foi assim e assim será. Porque é esse o interesse que temos. Não queremos o desaparecimento da pequena propriedade - para ser anexada, cada uma delas, a um novo latifúndio: produtor de fome, miséria e morte neste País.

Portanto, tenham o nosso apoio. Se organizem, se mobilizem, porque destes direitistas que estão mandando no País, não esperem muita coisa, não. Eles querem dar ao povo as migalhas que caem da mesa do banquete dos tubarões. Estamos do outro lado, contem conosco!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 296/2001, subscrito pelo senhor Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, constante do expediente, esclarecendo sobre o episódio ocorrido na noite do dia 08 do corrente mês, no plenarinho desta Casa, em que o Delegado de Polícia da Comarca de Araucária, efetuou a prisão da pessoa de Naum Rubem Galperin, dando cumprimento a Ordem Judicial do Mandado de Prisão expedido pelo Juízo daquela Comarca. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução, de autoria do senhor Deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa e para a Comissão Executiva.**

Projeto de lei, de autoria do senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafeara, com sede e foro no Município de Cafeara. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2000, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, cria o Fundo Estadual de Defesa Civil e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, SP e CDH.**

EMENDAS DA CCJ. e SP. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

**Emenda- Aprovada.**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2000, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Itacolomi, com sede e foro em Itacolomi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** **Emenda - Aprovada.**

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2000, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre aquisição de veículos blindados para os Policiais Civil e Militar do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/22000, de 13.04.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 114/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo dispor sobre a aquisição de veículos blindados para as Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 114/2000

#### P A R E C E R :

##### Relatório

De autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a aquisição de veículos blindados para as Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná.

##### Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição visa trazer benefícios para o combate ao crime em todas as suas formas de manifestação e com isso equipar melhor a Polícia Civil e Militar do Estado para garantir maior segurança a população.

##### Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre as tabelas I, II, III, IX e X, do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 029/2001, de 29.03.2001, com substitutivo Geral da CCJ).**

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 132/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do Tribunal de Justiça, que visa dispor sobre as tabelas I, II, III, VII, IX e X do Regimento de custas dos Atos Judiciais e adota outras providências.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável com apresentação de Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta comissão, de acordo com o que preceitua o § 3º do art. 33, do Regimento Interno, entendendo não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em tela, na forma da Emenda Substitutiva Geral, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do projeto de Lei nº 132/2000.

### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2000, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Provopar Municipal da Lapa, com sede e foro na Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2000, de 29.05.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 166/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública o Provopar Municipal da Lapa, com sede e foro no Município da Lapa.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2000, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, priorização para implantação de poços artesianos, nas vilas rurais, de todos os Municípios do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/2000, de 03.10.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 319/2000

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, visa priorização para implantação de poços artesianos nas Vilas Rurais, de todos os Municípios do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 319/2000

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a priorizar a implantação de poços artesianos, completos, prontos para uso, nas Vilas Rurais já implantadas em todos os Municípios do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 319/2000

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, visa priorização para implan-

tação de poços artesianos nas Vilas Rurais, de todos os Municípios do Estado do Paraná.

Sobre a matéria constatamos o pronunciamento favorável com apresentação de Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o § 3º do art. 33, do Regimento Interno, entendemos não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

diante do exposto nosso parecer é favorável opinando-se pela aprovação do projeto em tela, na forma da Emenda Substitutiva Geral, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 319/2000

##### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe de autoria do Deputado Miltinho Pupio, visa priorizar a implantação de poços artesianos nas Vilas Rurais, de todos os Municípios do Estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar, sobre a matéria ventilada neste projeto nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/2001, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Rei Davi, com sede e foro em Cambé. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/2001, de 02.04.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 095/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, o Centro de Educação Infantil Rei Davi, com sede e foro no Município de Cambé.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.04.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2001, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Idosos Viva a Vida, de Santo Antonio do Sudoeste, com sede e foro em Santo Antonio do Sudoeste. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2001, de 10.04.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 124/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Idosos Viva Vida de Santo Antonio do Sudoeste/PR, com sede e foro no Município de Sudoeste.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, requerimento nº 1343, de autoria da Senhora Deputada Luciana Rafagnin e Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.**

#### O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Apenas para esclarecer à Casa que nós já possuímos, aqui, na Assembléia, uma Bancada de Defesa da Agricultura Familiar composta há 3 ou 4 anos atrás. E que apenas estamos reestruturando esta Bancada, que é uma Bancada informal. Todos aqueles deputados que têm simpatia pela agricultura familiar, nós estamos convocando para fazer parte dessa Bancada. Por isso até numa homenagem aos agricultores que estão, aqui, hoje é que nós, em nome de todos os deputados desta Casa, juntamente com a Deputada Luciana estamos apresentando este requerimento e para o qual pedimos o apoio de todos os deputados, aqui presentes.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em votação o requerimento dos Deputados Nereu Moura e Luciana Rafagnin. **Aprovado.**

Requerimento nº 1344, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Rejeitado.**

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Quero registrar o meu voto contrário ao Regime de Urgência deste projeto, porque justamente nós estamos, aqui, lutando para que não seja vendida a Copel. E se vender a Copel evidentemente, estaremos vendendo também, a participação que o Estado, através da Copel, tem na Compagás. E é um assunto, que entendo, que deveríamos tratar após a definição dessa Assembléia sobre a venda ou não da Copel. Por essa razão, não concordo com o Regime de Urgência para mudar a estrutura acionária, a participação acionária da Compagás em empresas das quais ela participa. Por isso, voto contrário a esse requerimento.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado seu voto antecipadamente.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para encaminhar, senhor presidente?

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Infelizmente, não há encaminhamento em votação. Não! Pode encaminhar, sim. Pode encaminhar. Para encaminhar Deputado José Maria Ferreira.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, não achamos o momento mais adequado para que possa, esse requerimento, ser acelerado na sua votação. Evidentemente, que tem um processo de venda da companhia, tentado e buscado pelo governo. Há uma grande discussão na sociedade. E nesse momento, seria mais um complicador, no nosso entendimento, acelerar, aqui, por um Regime de Urgência. Portanto, em nome da Liderança do PSDB, Deputado Sérgio Spada, o PSDB encaminha contrário ao Requerimento de Urgência proposto.

#### O SR. HERMES FONSECA

Para encaminhar, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar, Deputado Hermes Fonseca.

#### O SR. HERMES FONSECA

Da mesma forma, senhor presidente, demais pares, a Bancada do PT é contrária a tramitação desse Projeto em Regime de Urgência e revela seus votos contrários a essa proposta.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Para encaminhar, senhor presidente?

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar, Deputado Waldyr Pugliesi.



O SR. WALDYR PUGLIESI

Da mesma maneira, em nome da Oposição, estamos encaminhando contrariamente esse pedido que faz o governo, através de seu líder, para que votemos de maneira açoadada esses assuntos que demandam, senhor presidente, um cuidado muito grande. Portanto, as Oposições votam contra o Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação. Deputado que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Verificação de votação. Será procedida a verificação de votação.

Solicito aos senhores deputados que tomem assento para que possamos proceder a verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezenove senhores deputados

Deputado que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte senhores deputados. **Está rejeitado.**

Requerimento nº 1345-A, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, de que se trata esse assunto?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Tramitação do Projeto de Lei nº 015/2001, que dispõe sobre as alterações dos dispositivos do estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. Está em votação. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1345, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Já conheço esse projeto, já folhamos ele, Esse projeto de lei, mensagem do governador, é aquele que pede

autorização para o governador e a vice-governadora viajarem para o exterior até o dia 31 de dezembro de 2002.

Sempre presidente, esta matéria, segundo nossa assessoria jurídica é inconstitucional, porque o Governador Jaime Lerner, para fazer qualquer viagem ao estrangeiro, ao exterior, necessariamente tem que pedir autorização para esta Assembléia. A não ser para os países do Mercosul.

Por isso, nós do PMDB e a Oposição, queremos encaminhar para revogar este regime de urgência, como revogar a viagem do governador. Qualquer viagem ao estrangeiro, que não seja para defender os interesses do Paraná, terá nosso veemente protesto. Mas, quando o governador quiser viajar para o exterior, que seja na defesa dos interesses do povo do Paraná, ele encaminhará, aqui, um projeto de lei e terá nosso apoio, para que ele possa ir ao exterior e trazer recursos para o nosso Estado.

Por isso, nós somos contrários não só ao regime de urgência, senhor presidente, como somos contrários ao Decreto Legislativo 003/2001, que pede, que propõe uma carta em branco ao governador, até o último dia do seu governo, para que ele possa viajar ao exterior sem a autorização, mais, da Assembléia Legislativa, pontualmente, como é feito atualmente.

Por isso, ao PMDB nós solicitamos o voto contrário a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, reforçando o que diz o Deputado Nereu Moura, veja Vossa Excelência, o Governador Jaime Lerner, me parece que já viajou 39 vezes. A Assembléia nunca negou. Houve viagens onde houve problemas de doença de sua esposa, pelo menos foi alegado isto, que o governador viajou antes e a Assembléia ratificou depois a autorização.

Mas, diga-me uma coisa: nós estamos ferindo a Constituição! Porque a Constituição diz que há que se ter autorização da Assembléia para sair do País, viagem a viagem, do governador. Este é o espírito da lei! E o governador quer ter uma autorização para viajar até o último dia do seu mandato, sem passar pela Assembléia!

Senhores deputados, não vamos nós, já que temos tão poucos privilégios, nesta Casa, de termos valorizado o mandato, abrímos mão disto! Quer dizer, o governador, amanhã, sai a hora que quer, não pede autorização à Assembléia, não diz a razão da viagem, não explica quando voltou e a Assembléia Legislativa fica, aqui, como se ela tivesse a obrigação de descumprir este regimento constitucional.

Vota-se contra, senhor presidente, porque a medida é inconstitucional.

**O Sr. Durval Amaral**

Requeiro chamada nominal, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Ainda está em votação, deputado.

Chamada nominal para votação, feita pelo Deputado Durval Amaral.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Chamada nominal só se não houver “quórum”. E tem “quórum”.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Em votação. **Aprovado.**

**O Sr. Nereu Moura**

Solicito verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Chamada nominal, feita pelo Deputado Durval Amaral. Para verificação de votação.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, está em processo de votação. Há “quórum”.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Realmente, não procede a chamada.

Os deputado que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Vinte e dois (22) senhores deputados favoráveis ao requerimento.

Os deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e um (21) senhores deputados rejeitam.

Se obtiver a colaboração dos senhores deputados vou proceder a votação novamente.

Vou aguardar os deputados permanecerem em seus lugares, para que se possa fazer a contagem.

22 senhor deputados.

Houve empate, cabe à Presidência o voto minerva, nós **aprovarmos** o requerimento.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Pela ordem, Deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Para justificar o voto, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Pode justificar.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, senhores deputados! Este é um assunto inédito aqui na Casa. É tradicional, é normal que sempre quando o governo deseja fazer uma viagem ao

exterior, remeter a mensagem à Assembléia, explicando o objetivo da viagem.

Agora, tudo que o Deputado Caíto Quintana falou, que estamos infringindo a Constituição, a tradição, mas sobretudo, neste momento que atravessa a política do Estado do Paraná, esta votação nos preocupa.

Então, por isso que votei contra, acho que o governador, quando deseja fazer uma viagem, a Assembléia não muda daqui. Nunca a Assembléia se negou. Agora, porque razão, se fôssemos fazer um exercício de imaginação, porque o governador manda à Assembléia um pedido de licença para ele e a vice-governadora poderem viajar sem necessitar da Assembléia?

Então, paira no ar alguma coisa. Esse é o nosso objetivo de encaminhar o voto, para que possamos refletir sobre esse assunto.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

No mesmo sentido, para justificar a nossa votação. A Bancada do PSDB, PMDB, PT e PDT e o Deputado Algaci Tulio, Deputado Tony Garcia, Bancada toda do PPS, votaram contra essa autorização do Governador do Estado para viajar.

Não sei, mas se é porque começamos a discursar impeachment, ele está pensando em viajar mais cedo!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Só lembrar ao Deputado Irineu Colombo: nós não votamos. Votamos apenas o regime de urgência. O projeto será votado posteriormente, quando chegar na Ordem do Dia.

Requerimento nº 1234, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1289/B, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1290 a 1306, 1311 a 1330, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1307 a 1310, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1331, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1332 a 1334, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1335 a 1337, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1339, de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1341, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1346 e 1347, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1285, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, sabemos que existe já uma recomendação do governo no sentido de que não se aprove esse pedido de informação.

Mas eu vejo, senhor presidente, senhores deputados, que é de fundamental importância que nós, deputados estaduais, possamos saber até, para ajudar o nosso colega Nelson Justus naquilo que for necessário, já que ele é o Secretário dos Transportes, saber quanto já se passou da Secretaria da Fazenda para a Secretaria dos Transportes, na conta do Fundo de Conservação de Rodovias.

Projeto de lei do Deputado Geraldo Cartário, foi apresentado nesta Casa e aprovado pelos senhores parlamentares, foi amplamente discutido, foi sancionado pelo governador, e esta lei estabeleceu que haveria repasses da Secretaria da Fazenda para a Secretaria dos Transportes, à conta do Funcor, a partir do mês de janeiro. E que esses recursos seriam utilizados na conservação de rodovias do Estado do Paraná.

O Deputado Nelson Justus, Secretário dos Transportes hoje, idealizou junto a sua equipe, Doutor Paulino Dalmas, um programa emergencial de recuperação de rodovias, para justamente tapar os buracos, reconstruir onde fosse o caso, as rodovias estaduais que se encontravam e ainda se encontram em estado crítico de conservação.

Corre boato por aí, que até o presente momento, a Secretaria da Fazenda não teria regularizado a totalidade deste repasse, que deveria acontecer a partir do mês de janeiro, cerca de 6 a 7 milhões de reais por mês.

Então a nossa solicitação é apenas no sentido de que possamos saber se a lei aprovada pela Assembleia está sendo cumprida pelo Secretário da Fazenda, Ingo Hübert, ou se não está. E se ela está sendo cumprida, onde estão sendo aplicados esses recursos se o programa de recuperação emergencial de rodovias está em andamento do jeito que foi idealizado pelo Deputado Nelson Justus e sua equipe, ou não.

É de fundamental importância que os senhores parlamentares possam ter essas informações, para que possamos, se for o caso, pressionarmos sim o Secretário da

Fazenda para que repasse os recursos para o Secretário dos Transportes, para que as ruas e rodovias do Paraná possam ser reconstruídas ou pelo menos ter uma operação “tapa-buracos”.

Digo isso, senhor presidente, porque no último domingo, trafeguei pela rodovia que liga Manoel Ribas a Cândido de Abreu e Reserva até o Posto Pari. E naquela rodovia, até agora, pouquíssima coisa foi feita. Devo dizer a Vossa Excelência e aos demais deputados, muitos dos quais trafegam por lá, semanalmente, que a rodovia encontra-se em estado precário para ser utilizada por qualquer tipo de veículo.

É necessário que tenhamos conhecimento, se a Secretaria da Fazenda está cumprindo ou não aquilo que determinou a Assembleia. E por isso peço aos senhores deputados, que aprovem o nosso pedido de informação, para que possamos ter conhecimento desses dados.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, realmente a colocação feita pelo Deputado Orlando Pessuti, é oportuna quando faz indagações sobre um projeto de nossa autoria. Tenho tido uma preocupação muito grande com esse projeto, especialmente porque eu e demais deputados, estamos rodando a base de 300 quilômetros por semana nas rodovias estaduais em nosso Estado.

Mas hoje, eu conversava com o Deputado Orlando Pessuti e até pedi a ele que não apresentasse este requerimento neste dia, nesta tarde de hoje, visto que já tenho algumas informações diretamente do Secretário dos Transportes, deputado Nelson Justus.

Eu pedi ainda ao Deputado Orlando Pessuti que desse a oportunidade, que não apresentasse hoje, visto que eu fui por um ato da Presidência da Assembleia, eu fui designado como o deputado para integrar o Conselho do Fundo Rodoviário que é esse abordado pelo Deputado Orlando Pessuti.

Desta forma, eu peço aos companheiros deputados que não votemos favoravelmente ao pedido de informação do Deputado Orlando Pessuti pois eu já me encontro com algumas informações e prontamente tenho o prazer de encaminhá-las diretamente ao Deputado Orlando Pessuti e a todos os deputados interessados pois na verdade eu demorei um ano e meio para transformar esse projeto em realidade e jamais vou me curvar perante o Secretário da Fazenda ou perante o Governador no intuito de um projeto de lei sancionado inclusive pelo governo se transforme apenas no papel.

Era este o nosso encaminhamento, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

O Deputado Geraldo Cartário traz informações a este Plenário. Nos informa a todos que representa a Assembleia, designado pela presidência no Funcor, como representante do Poder Legislativo, e dizer que tem condições de oportunamente, possivelmente na semana que

vem, nos prestar as informações que estamos requerendo, não só nós mas a todos os deputados.

Diante desta proposta do Deputado Geraldo Cartário, dessa segurança que ele nos dá até pela condição de ser membro do Funcor, eu peço que retire o nosso requerimento, até porque se aprovado o requerimento nós poderíamos levar 30 dias para obter as informações e como ele assegura que na semana que vem nos fornece, eu entendo que a nossa vontade, o nosso desejo estará atendido através da manifestação do Deputado Cartário.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, não estava no início da sessão, estávamos em diligência, eu, o Deputado Ângelo Vanhoni, o Deputado Tony Garcia, ainda com relação a CPI da Telefonia e a Casa recebeu uma carta endereçada, um ofício endereçado pelo Delegado Geral da Polícia se desculpando a Assembléia pelo fato de que ocorreu aqui a detenção da pessoa de Naum Rubem Galperin, durante a Sessão da CPI da Telefonia.

Para que todos saibam a prisão do Senhor Naum não foi em relação a qualquer ato praticado pela CPI da Telefonia. No entanto, me estranha o zelo do Diretor da Polícia Civil em mandar esta correspondência a Assembléia, porque eu acho que não tem que pedir desculpa nenhuma. Acho que o cumprimento de um mandado judicial ele não pode ficar restrito a dependência da Assembléia.

Então, acho que como era uma Sessão Pública da CPI e nós evidentemente baseados em informações dos companheiros do Ministério Público não colocamos nenhum óbice para que este mandado judicial fosse cumprido

Então, queria dizer de que a CPI não cometeu nenhum deslize, não podia impedir o bom trabalho da justiça, senão estaria também ela colaborando para que os fatos não fosse devidamente esclarecidos. Era a minha posição, estranhando o ofício, mas dizendo que a comissão não teve nenhuma interferência e não se opôs ao cumprimento do mandado judicial.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, às 10h00 com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 628/99, 075/2001, 077 e 078/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 001 e 046/2000

Levanta-se a sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 243/2000

I - exonerar, a pedido, JEFFERSON DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, ADILAMAR KUNZLER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de julho de 2000;

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 244/2000

I - exonerar, a pedido, GELSON DE AGUIAR, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor Técnico, da Diretoria Administrativa deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, ADRIANA ROBERTA DIRCKSEN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora Técnica, da Diretoria Administrativa deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 245/2000

exonerar, a pedido, MÁRIO BOESE FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do Deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 1º de julho de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 246/2000

prover, ANDERSON DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 247/2000

I - exonerar, a pedido, VERA LÚCIA GUMIERI STEFANES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, CECÍLIO COBELLACHE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora Técnica da Diretoria Legislativa deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover, VERA LÚCIA GUMIERI STEFANES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

DAS-5, de Assessora Técnica, da Diretoria Legislativa deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 2000;

IV - prover, CECÍLIA COBELLACHE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de julho de 2000.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 10.07.2001.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 248/2000

I - exonerar, a pedido, CLAUDEMIR JORGE WEBER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, IRACEMA GARCIA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 6173/2000)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 249/2000

I - exonerar, a pedido, CLETO MAZOCCO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da 1ª vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover MARILENE MULLER MAZOCCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da 1ª vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 250/2000

I - exonerar, a pedido, GILDICÉLIO GONÇALVES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, CECÍLIA FIOREZZANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento, de acordo como Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 12.07.2000.”

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 251/2000

I - exonerar, a pedido, SÉRGIO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, EROTILDEZ MATIAS DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento, de acordo como Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6194)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 252/2000

I - exonerar, a pedido, JUCÉLIA PAVELICK, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Tiago Amorim Novaes, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, GUILHERME BADUY, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do Deputado Tiago Amorim Novaes, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover, GUILHERME BAUDY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Tiago Amorim Novaes, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - exonerar, a pedido, MARIA DA LUZ FRANÇA RENAUD, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Tiago Amorim Novaes, a partir de 1º de julho de 2000;

V - prover, MARIA DA LUZ FRANÇA RENAUD, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Tiago Amorim Novaes, a partir de 1º de julho de 2000.

Palácio “XIX de Dezembro em, 13.07.2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 253/2000

I - exonerar, a pedido, GASSAN HANDAR, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, ELZA CHRISPIM CALIXTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento, de acordo como Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

III - exonerar, a pedido, TANI DO PRADO COLAÇO do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - prover, REGINALDO RODRIGUES FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu

vencimento, de acordo como Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n 6239)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 254/2000

exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de julho de 2000, conforme especifica:

1GP-2: ADEMIR LUIZ DE MORAES

1GP-3: CLEITON GOEDERT

1GP-1: GERALDO ANTÔNIO COLOMBELLI

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.07.2000."

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

#### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Serafina Carriho, Carlos Simões, Sérgio Spada e mais os Deputados Geraldo Cartário, Marcos Isfer, Tiago Amorin e Edson Strapasson. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 015/2001 de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Duílio Genari e Geraldo Cartário. O senhor presidente solicita cópia da matéria a todos os membros desta comissão -- DEFERIDO; 02) Projeto de Lei nº 002/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 151/2000 de autoria do Deputado Hermes da Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 151/2001 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 026/2001 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 114/2001 de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 106/2000 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leô-

nidas à emenda de Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 108/2001 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. O Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA, junto à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - DEFERIDO; 09) Projeto de Lei nº 103/2001 de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Geraldo Cartário; 10) Projeto de Lei nº 127/2001 de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 094/2001 de autoria do Deputado Custódio da Silva. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 047/2000 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Orlando Pessuti - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio; 13) Projeto de Lei nº 140/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 13/2001. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Algaci Tulio e Orlando Pessuti. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

#### Pedidos de Adesão:

#### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO.

Marcia Regina Abba Romero, matrícula nº 40911, endereço Rua Rosa Saporski, 600, bairro Mercês, cidade de Curitiba, CEP: 80810-120-PR, remuneração mensal estimada R\$1.085,69, CPF: 516.444.529-87, telefone: 9992-1363, Lotação D.A., data de nascimento: 27/08/1966.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 4600)

Curitiba, em, 09.05.2001.

(a) MARCIA REGINA ABBA ROMERO

#### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Elizabeth Tavares da Luz, matrícula nº 40914, endereço Rua Marechal Floriano Peixoto, 1930 - Ap 33, bairro Rebouças, cidade de Curitiba, CEP: 82230-110-PR, remuneração mensal estimada R\$788,19, CPF:

479.258.419-15, telefone: 333-7144, Lotação Patrimônio, data de nascimento: 15/12/61.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão

Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 4497)

Curitiba, em, 09.05.2001.

(a) ELIZABETH TAVARES DA LUZ